

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

NEUMA ALVES DOS SANTOS

**APLICAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ARQUIVOS (SIESAR) DE SERGIPE
UM ESTUDO DE CASO**

SÃO CRISTOVÃO/SE

2019

NEUMA ALVES DOS SANTOS

**APLICAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ARQUIVOS (SIESAR) DE SERGIPE
UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal
de Sergipe para obtenção do grau de
bacharel em Biblioteconomia e
Documentação

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra dos
Santos Araújo

**SÃO CRISTOVÃO/SE
2019**

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

Santos, Neuma Alves dos

S236a Aplicação do Sistema Estadual de Arquivos (SIESAR) no Estado de
Sergipe: um estudo de caso / Neuma Alves dos Santos. -- Aracaju, 2019.
76 f.: il.

Trabalho de conclusão de curso (graduação em Biblioteconomia e
Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência
da Informação, 2019.

Orientador: Alessandra dos Santos Araújo.

1. Arquivo Público – Sistema – Sergipe 2. Arquivo Público – Sergipe. 3.
Políticas Públicas – Arquivo – Sergipe. I. Sistema Estadual de Arquivos. II.
Araújo, Alessandra dos Santos, orientador. III. Título.

CDD: 027.48141

CDU: 027.4(813.7)

APLICAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ARQUIVOS (SIESAR) DE SERGIPE
UM ESTUDO DE CASO

NEUMA ALVES DOS SANTOS

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal
de Sergipe para obtenção do grau de
bacharel em Biblioteconomia e
Documentação.

Nota: _____

Data de apresentação: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alessandra dos Santos Araújo
Prof.^a Orientadora (DCI/CCSA/UFS)

Prof. Me. Antonio Edilberto Costa Santiago
Membro Interno (DCI/CCSA/UFS)

Profa. Ma. Glêyse Santos Santana (DCI/CCSA/UFS)
Membro Interno

Dedico essa jornada de pesquisa a Deus que não desistiu de mim e que me manteve forte, e a minha tia/mãe *in memoriam* Maria Lucila.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que foi e sempre será minha fortaleza nos melhores e nos piores momentos da minha vida, todo tempo foi Deus quem me deu forças para não fraquejar e desistir da minha árdua jornada.

Agradeço a minha avó que jamais desistiu de mim e da minha força e capacidade de concluir minha faculdade, os ensinamentos e palavras doces que acalentam meu coração nos momentos difíceis. Agradeço a Priscila, Hugo, Jose, Guilherme e Marcelo que estiveram comigo nessa jornada, suas palavras de carinho, apoio em todos os momentos, ajuda na reta final do meu trabalho, o respeito, nossas dificuldades e a perda da nossa mãe e mulher in memoriam Maria Lucila, muito obrigada!

Agradeço a família Andrade, minha segunda família que sempre me apoiaram nos momentos que precisei, a todos da família agradeço pelo carinho e consideração que sempre tiveram pela minha pessoa. A minha mãe dona Pureza que tenho um imenso carinho, serei eternamente grata, Joice muito obrigada pelo apoio no início do curso, você e Jmares foram os grandes apoiadores para a minha entrada na Universidade Federal de Sergipe, Joice te agradeço imensamente pelo carinho e ajuda em todo momento que precisei. Seu Josafá, Tailaine, minha comadre Kamyla, Lucas e Raul Moreno, não tenho palavras para agradecer pelos momentos de ajuda, de carinho e principalmente de respeito que vocês sempre tiveram por mim.

Agradeço a minha família Félix, Valéria, Sical, Vitor, Viviane, Antônio e Félix muito obrigada pelo apoio e carinho, pelo acolhimento em sua casa, a consideração que sempre tiveram por mim, imensamente grata.

Agradeço imensamente a minha orientadora Alessandra que em nenhum momento desistiu de mim, que sempre foi presente e ativa na conclusão do um curso, serei eternamente grata. Um agradecimento especial para a professora Glêyse, minha primeira orientadora que sempre acreditou em mim e na minha capacidade, obrigada!

Ao professor Edilberto Santiago pelo apoio em um momento muito difícil e decisivo em minha vida acadêmica.

Agradeço a minha mãe/tia in memoriam Maria Lucila, te amarei eternamente e serei grata por tudo o que a senhora foi em minha vida, o apoio, o carinho, o respeito e dedicação, imensamente grata.

Agradeço aos colegas de trabalho Ivone e Davyd pela força e pelo ombro amigo, meu supervisor Ytalo e Bi/Gabriela pela paciência, apoio e carinho, obrigada!

Agradeço Allan pelo apoio, ajuda, palavras de carinho, paciência, ombro amigo sua presença na minha vida foi e é extremamente importante, serei eternamente grata!

RESUMO

Essa pesquisa discorre sobre as políticas arquivísticas e da aplicação do sistema nos arquivos de Sergipe, analisando o desenvolvimento das políticas voltadas para os arquivos no Estado de Sergipe e apontar os desenvolvimentos de ações na aplicação do sistema SIESAR no estado. Nesse sentido, foi pesquisado sobre as políticas voltadas para os arquivos, sistema Nacional dos arquivos e o sistema de arquivo para os arquivos de Sergipe, com o objetivo de evidenciar a aplicação do sistema, o desenvolvimento de políticas, o desenvolvimento de atividades na gestão documental e a aplicabilidade do sistema nos arquivos do estado. Essa pesquisa aponta as características para a condição de preservação, conservação e a gestão dos documentos da administração Pública de Sergipe, abordar a funcionalidade do sistema nos arquivos e desenvolvimento das gestões dos documentos públicos. A pesquisa metodológica é qualitativa e exploratória que se faz presente um levantamento documental, aplicação do sistema nos arquivos do estado de Sergipe e apontar as características da aplicabilidade das políticas nos arquivos público e municipal de Sergipe.

Palavras-chave: Arquivo. Gestão documental. Sistema SIESAR. Aplicação do Sistema.

ABSTRACT

This research discusses the archival science policies and the system application in Sergipe archives, analysing the development of policies focused on the archives of the state of Sergipe and points out the actions development by the application of the SIESAR system in the state. For that matter, we looked for policies focused on the archives, national archival system and the archival system for Sergipe archives, in order to demonstrate the system application, the policies development, the development of documental management activities and the applicability of the system in the state archives. This research indicates the features for the condition of preserving, conserving and the management of the public administration documents of Sergipe, addressing the functionality of the system in the archives and developing the management of public documents. The methodological research is qualitative and exploratory and it is made present through a documental survey, the system application in the archives of the state of Sergipe and points out the features of the policies applicability in public and municipal archives of Sergipe.

Keywords: Archive. Documental management. SIESAR System. System application.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-----------------|--|----|
| Figura 1 | – Estrutura do SINAR | 42 |
| Figura 2 | – Integrantes do SINAR | 43 |
| Quadro 1 | – Estados que implementaram seus sistemas com seus respectivos atos constitutivos | 48 |
| Figura 3 | – Fachada do Arquivo Público do Estado de Sergipe | 50 |
| Figura 4 | – Fachada do Arquivo Municipal de Aracaju | 53 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------------|--|
| ACAN | – Associação Cultural do Arquivo Nacional |
| AMA | – Arquivo Municipal de Aracaju |
| APCA | – Arquivo Público da Cidade de Aracaju |
| APES | – Arquivo Público Estadual do Estado de Sergipe |
| ARPDF | – Arquivo Público do Distrito Federal |
| CIA | – Conselho Internacional de Arquivos |
| CONARQ | – Conselho Nacional de Arquivos |
| DCI | – Departamento de Ciência Informação |
| EUA | – Estados Unidos da América |
| FUNCAJU | – Fundação Cultura de Aracaju |
| GED | – Gerenciamento Eletrônico de Documentos |
| ICSU | – Conselho Internacional de Associações Científicas |
| IFLA | – Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas |
| LAI | – Lei de acesso a Informação |
| MEC | – Ministério da Educação e Saúde |
| NATIS | – Sistemas Nacionais de Informações |
| PGD | – Programa de Gestão de Documentos |
| PGD | – Programa de Gestão do Paraná |
| PNC | – Plano Nacional de Cultura |
| PNC | – Política Nacional de Cultura |
| PROGED | – Programa de Gestão Documental |
| SGDPO | – Sistema Administrativo de Gestão Documental e Publicação Oficial |
| SAESP | – Sistema Estadual de Arquivos de São Paulo |
| SIARQ | – Sistema Estadual de Arquivo do estado de Mato Grosso |
| SIARQ | – Sistemas de Arquivo do estado do Rio Grande do Sul |
| SICAD | – Sistemas de Comunicações Administrativas e Documentação |
| SIEAR | – Sistema Estadual de Arquivos do Estado de Sergipe |
| SIMAR | – Sistema Municipal do arquivo de Aracaju |

- SINAR** – Sistema Nacional de Arquivos
- SISG** – Sistema de Serviços Gerais
- TTD** – Tabela de Temporalidade Documental
- UFS** – Universidade Federal de Sergipe
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura
- UNISIST** – Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | PERCURSO HISTÓRICO DOS ARQUIVOS | 16 |
| 2.1 | Os Arquivos no Brasil | 27 |
| 3 | REFERENCIAL TEÓRICO | 30 |
| 3.1 | Políticas Públicas voltadas aos Arquivos e a Criação do Arquivo Nacional | 31 |
| 3.2 | SINAR como resultado de Políticas Públicas e aplicação nos Estados | 39 |
| 3.3 | Aplicação do SINAR em Instituições Arquivísticas no Estado de Sergipe | 49 |
| 4 | METODOLOGIA | 54 |
| 5 | ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 56 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 60 |
| | REFERÊNCIAS | 63 |
| | APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL | |
| | APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE ARACAJU | |
| | ANEXO A – ORGANOGRAMA DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE | |

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa intitulada está inserida na linha de pesquisa 2 - Informação e Sociedade, do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A temática por sua vez, está centrada nas políticas públicas dos arquivos, particularmente no Sistema Nacional de Arquivo (SINAR) e sua utilização e aplicação na gestão documental nas instituições arquivísticas do Estado de Sergipe. O trabalho, portanto, está voltado para o ambiente de arquivo e a gestão da sua documentação, questões importantes para fomentar discussões futuras no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Foi no espaço do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) que a pesquisadora desenvolveu estágio no período compreendido entre os anos de 2013 a 2015, o qual permitiu ter as primeiras familiaridades com o SINAR. Nesse período, foi possível verificar a existência de uma política de arquivos a nível estadual e visualizar a atual situação e condições para a preservação, conservação e o acesso à informação dos documentos no APES, bem como sua estrutura e demais regras para a organização e disponibilidade dos documentos visando atender os princípios que norteiam tal política. Observou-se que um dos objetivos do SINAR no âmbito federal seria a implementação das políticas arquivísticas estaduais, municipais e privados do país com a finalidade de contribuir para a gestão documental em suas três fases: corrente, intermediário e permanente.

O acervo do APES é predominantemente permanente, lá encontram-se salvaguardados documentos manuscritos, datilografados, impressos, iconográficos, cartográficos, obras hemerográficas e publicações, provenientes da Administração Pública Provincial e Estadual, inclusive dos Poderes Legislativo e Judiciário, como também particulares, referentes aos séculos XVIII, XIX e XX. Porém, faz-se necessário destacar que, como essa pesquisa abrange a análise dos sistemas do estado e do município, ampliou-se consequentemente o escopo do objeto para o Arquivo Público da Cidade de Aracaju (APCA).

Como questão norteadora da pesquisa, objetiva-se em um primeiro momento responder à seguinte situação-problema: Os arquivos municipais e estaduais aplicam efetivamente as orientações do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR)?

Esse trabalho possui como objetivo geral investigar se os arquivos públicos do Estado de Sergipe aplicam o SINAR e de que forma tal ação impacta na gestão documental dessas instituições. De forma específica, objetiva-se: apresentar um panorama histórico acerca do desenvolvimento dos arquivos; traçar um panorama das políticas públicas voltadas aos arquivos com o objetivo de resgatar a importância desses equipamentos para a gestão documental à nível estadual e municipal; identificar possíveis sistemas decorrentes da aplicação do SINAR em Sergipe.

Sua justificativa está pautada no fato que uma falha no sistema, tende a desorganizar e acumular documentos, inviabilizando o fluxo das ações contínuas que envolvem o sistema e a funcionalidade da gestão documental. Justifica-se ainda como motivação pessoal, pois como dito anteriormente, pelo fato da pesquisadora ter exercido uma parte da sua prática estudantil como estagiária do arquivo, despertou o interesse em desenvolver um trabalho sobre o tema em questão, além de reconhecer socialmente o potencial informativo dos arquivos, especialmente os públicos, que os mesmos custodiam documentos provenientes e relacionados à administração pública. Acredita-se ainda na importância desse estudo pela carência de informações na área e que pode servir como referencial para outros projetos.

Este trabalho de pesquisa está estruturado em seis seções. A “*Introdução*” é invariavelmente a primeira seção, onde está contemplado o tema que foi estudado, os objetivos (geral e os específicos) a justificativa para realização do trabalho em conjunto com a motivação pessoal e o problema que se buscou resolver. A metodologia de trabalho detalhando como se realizou o trabalho com as ferramentas de pesquisa. A segunda seção nomeada “*Percurso Histórico dos Arquivos*” que apresentou um apanhado histórico acerca do desenvolvimento dos arquivos ao longo dos tempos; também contextualiza sobre os arquivos no Brasil. Na terceira

seção, intitulada “*Referencial teórico*”, se realizou a discussão teórica acerca do objeto estudado através de levantamentos bibliográficos enfocando as políticas públicas voltadas para os arquivos; o surgimento do SINAR sua aplicação em Sergipe. Na quarta seção destinada à “*Metodologia*”, que apontou os dados da pesquisa, objetos, meios utilizados para a elaboração da pesquisa e apontar os resultados da pesquisa. A quinta seção “*Análise dos Dados e Discussão dos Resultados da pesquisa*”, analisou e discutiu os resultados alcançados na pesquisa. A última seção, as “*Considerações Finais*”, foram apresentados os aspectos mais relevantes da pesquisa, bem como as contribuições desse trabalho.

A falta de organização no controle e tratamento à documentação pública ou privada causa uma série de transtornos relacionados à recuperação da informação, na duplicidade desnecessária de documentos, caixas abarrotadas em ambientes físicos insalubres, ou ainda a falta de espaços, eliminação indevida de documentos o que consequentemente compromete toda a rede custodial de uma instituição e reflete sem dúvida alguma na memória muitas vezes perdida e desorganizada.

Portanto, este estudo mostrou-se importante, pois, evidenciou que o Sistema Estadual de Arquivos do estado de Sergipe (SIESAR), foi criado com o intuito de assegurar a proteção e a preservação dos documentos públicos. Isto, porque a gestão documental é o instrumento responsável pela tramitação e controle de documentos correntes, intermediários e permanentes dos órgãos públicos do poder Executivo estadual, objetivando a funcionalidade da Administração Estadual direta e indireta.

2 PERCURSO HISTÓRICO DOS ARQUIVOS

As civilizações desde seus primórdios primaram mesmo que de forma rudimentar, a reunir, conservar e sistematizar os documentos que continham informações políticas, sociais, econômicas, religiosas, culturais para que fossem utilizadas posteriormente. Essa noção começou a ser reconhecida, dando origem aos arquivos que para determinadas civilizações eram locais de guarda dos tesouros culturais da época. Dessa forma buscou-se proteger os documentos que atestavam a legalidade dos patrimônios, bem como aqueles que relatavam a história de diversas civilizações (MARQUES, 2007).

Ao longo da História, os arquivos comportaram diferentes suportes, desde as placas de argila e do papiro, ao papel, dentre outros. Hoje, a variedade de suportes aumentou, o que por sua vez aumentou o conteúdo dos arquivos que se tornou bastante variado. Isto porque os arquivos constituem desde sempre a memória das instituições e das pessoas, e existem desde que o Homem fixou por escrito as suas relações como ser social. Vários autores defendem que, a História dos Arquivos não pode ser considerada à margem da História Geral, pois estes são dela parte integrante, de tal forma que a sociedade condiciona a sua existência, a sua organização, os seus critérios de conservação e, mesmo, a sua finalidade. A evolução histórica dos arquivos e do seu conceito como veremos é paralela ao desenvolvimento das sociedades humanas (SILVA, 1999).

Os arquivos surgem desde que a escrita começou a estar ao serviço da sociedade e nasceram de forma espontânea no seio das Antigas Civilizações do Médio Oriente há cerca de seis milênios atrás. Dessa forma, percebe-se que o aparecimento da escrita e dos Estados condicionou a criação dos primeiros Arquivos, bem como a consciência da necessidade de conservar os registos produzidos para utilização posterior. Posteriormente, ao longo dos séculos novas práticas foram sendo inseridas, passou-se a uma discussão teórica e metodológica que possibilitou o surgimento e afirmação científica da Arquivística.

Dessa forma, para apresentar a evolução histórica dos arquivos, será necessário estabelecer balizas cronológicas. Assim, mesmo de forma breve, buscar-se-á aqui, realizar um apanhado partindo de suas origens, com as Civilizações Pré-Clássicas, chegando nesse percurso, aos dias atuais.

Inicialmente, se faz necessário colocar que os Arquivos mais antigos de que se tem registro, remontam ao 4º milênio a. C. e estavam localizados nas Civilizações do Vale do Nilo e Mesopotâmia. Graças à Arqueologia foram descobertos, em Elba, Lagash, Maari, Ninive, Ugarit, dentre outros, diversos vestígios dos primeiros Arquivos. Em Elba, por exemplo, encontraram-se numerosas placas de argila, dispostas em estantes de madeira e em distintas salas. Esse conjunto documental era composto por: missivas governamentais, assentos contabilísticos, textos literários, testamentos, sentenças judiciais, cartas, atos privados, etc. Situavam-se no interior dos Templos-Palácios, para estarem mais próximos das classes dirigentes. Já se constituíam arquivos, embora pelo seu conteúdo, podiam acumular a função de bibliotecas privadas (SILVA, 1999).

Dessa forma, há autores, como Samuel Noah Kramer (1963), que defendem que estas estruturas podem já ser consideradas como verdadeiros Arquivos devido ao tipo de documentação que lá se conservava, bem como quanto a sua organização, pois neles foram encontrados léxicos e catálogos descritivos, o que denota uma forma de organização.

Através, também da Arqueologia, foi possível reconstituir a organização de alguns dos arquivos descobertos, que demonstraram que estes dispunham já de muitos dos elementos que se iram tornar clássicos e que ainda hoje são definidos pela Arquivística.

Havia já, uma estrutura arquivística, cuidados com a identidade e autenticidade dos documentos. As placas evidenciam uma estrutura diplomática eficaz, as correspondências e os contratos administrativos incluem a identificação das partes, o nome das testemunhas ou do escriba, a menção da data e até mesmo a estampagem de selos de validação. A tipologia documental era muito variada, a

exemplo de: cartas régias, tratados internacionais, atas, contratos, censos, etc. (GAGNON-ARGUIN,1998).

Há também registros de arquivos no Extremo-Oriente. Na China, encontrou-se vestígios de suportes em placas de osso e escamas de tartaruga. Pouco antes no início da Era Cristã, os chineses já produziam textos em bambu, seda e fitas de madeira.

Dessa forma, desde logo, os arquivos na Antiguidade tiveram grande importância, e constituíam-se já como um complexo sistema de informação, não sendo concebidos como simples depósitos de placas de argila e outros materiais, mas como complexas estruturas organizativas e funcionais. Aos arquivos desta época podemos denominar-se arquivos de palácios ou arquivos de placas de argila.

Posteriormente, nas civilizações clássicas ocidentais estas instituições paulatinamente começam a se desenvolver. Para Silva (1999), os gregos demoraram a dispor de serviços específicos incumbidos de reunir e organizar os documentos oficiais. Contudo, esta situação era compensada pela existência de locais reservados à publicização de fatos e leis governamentais. Era hábito entre eles, afixar placas de pedra ou bronze nos edifícios públicos com tais informações. Tal prática, entretanto, não pode ser confundida com a constituição de arquivos.

Historicamente, tal fato somente se consolida com Éfialtes (460 a. C.), criador dos primeiros arquivos do mundo grego. De forma similar ao oriente, os arquivos se situavam em templos e em dependências do Senado, a sul da Ágora como em Atenas, limitando-se o seu âmbito à documentação reunida por este órgão público. Destacaram-se os arquivos de Gea e Palas Atenen, pois neles se encontraram importantes depósitos de documentos, como leis e decretos, atas judiciais, decretos governamentais, inventários, etc. Interessante será referir que em Atenas cada magistratura dispunha do seu *Archeion*, ou seja, o lugar onde se redigiam e conservavam os documentos expedidos pelo poder governativo, embora os intelectuais possuíssem seus arquivos particulares. Somente a partir de 350 a. C. surge o termo *Métrôon*, local onde se guardavam leis e decretos governamentais,

atas do Senado, os documentos judiciais e financeiros, os inventários, a lista dos efébo, etc., e que funcionava como Arquivo do Estado ateniense. Acredita-se que em menor número no restante do território havia também arquivos civis e religiosos (SILVA, 1999).

Temos, pois, que os arquivos no plano técnico dispunham já de um nível de maturidade bastante elevado. No período helenístico passou-se a realizar um ordenamento dos rolos de papiro em salas, armazenados em uma espécie de estante de tijolos, em filas horizontais, sendo o respectivo conteúdo funcional assinalado por um monograma (símbolo gráfico), ao qual se juntava a referência da data dos documentos arquivados em cada compartimento.

Influenciados pelos gregos, os arquivos da Roma Antiga seguiram de perto os das cidades gregas, continuando mesmo na Época Republicana, a funcionar em templos, nomeadamente na própria cidade de Roma. Mas, o sentido prático dos romanos e a importância por eles concedida à administração do Império levaram-nos a grandes progressos no domínio da organização arquivística. Muitos dos critérios utilizados pelos romanos continuam válidos até hoje, a exemplo da importância concedida à relação entre documento e entidade produtora.

Segundo Plutarco¹, é atribuído a *Valerius Publicola*, que exercia a função de Cônsul em 509 a. C., a criação do primeiro arquivo da Roma antiga. Ele situava-se no Templo de Saturno, junto ao erário público, onde se guardavam as *Tabulae Publicae*² (*Tábuas de Leis Públicas*), local que depois passou a ser denominado *Tabularium*, situando-se então, no Capitólio (local onde se encontravam os grandes templos romanos) (SILVA, 1999).

O *Tabularium* desempenhava a função de Arquivo Central do Estado, já com a importância de um grande serviço público. Os documentos diplomáticos eram conservados no Templo de Júpiter e os testamentos no de Vesta. Durante a época

¹ Lucius Mestrius Plutarchus, de origem grega, foi historiador, biógrafo, filósofo e ensaísta, tendo residido em Roma onde escreveu a biografia de alguns Imperadores. In: ALVES, Ivone et al. **Dicionário de terminologia arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 1993.

² Tábuas de bronze que continham registros importantes.

Imperial, surgiram os *Srinia ou Tabularia*, local de guarda de documentos de maior valor. Tais locais começaram a especializar-se. Do ponto de vista organizacional esses Arquivos Centrais deveriam estar organizados por seções. Além delas havia os cartórios provenientes dos governos provinciais. Cada corpo de magistrados tinha seu próprio arquivo que se situava próximo ao local onde se realizavam as seções. Este princípio de responsabilidade repartida dos arquivos manteve-se como Lei Geral da Administração (GAGNON-ARGUIN,1998).

A partir dessa especialização, formaram-se então tipos de locais de guarda, a saber: *memória* que estava encarregada de publicar e conservar as ordens do Imperador; *libellis*, foi criada para atender o despacho das publicações e consultas elevadas à Corte; *cognitiones* ou *cognitionibus*, estava a cargo dos litígios civis e criminais que se apresentavam ao Imperador; *rationibus*, que tratava das finanças e da contabilidade Imperial e finalmente *ab epistalis*, onde se redigiam as contestações do Imperador às consultas formuladas por funcionários e cidadãos (SILVA, 1999).

Sabe-se que cada uma desta “repartições” tinha os seus próprios arquivos independentes fisicamente em estantes separadas, onde se aplicava um rigoroso respeito pela *proveniência dos fundos*. *Um dos grandes feitos dos romanos nesta área, é o facto de terem instaurado uma verdadeira rede de arquivos*, assim um pouco por todo o Império vamos assistir ao aparecimento de *Tabularius* nas cidades provinciais mais importantes, nos quais se recolhia a legislação, a jurisprudência e a documentação da administração provincial, assim como surge também os arquivos dos municípios e os arquivos privados, fruto do desenvolvimento do Direito, e que constituíam um instrumento fundamental para a garantia da propriedade dos cidadãos (GAGNON-ARGUIN,1998).

É importante ainda lembrar que a organização romana desenvolveu o conceito de Arquivo Público, pois apesar dos arquivos centrais terem sido criados para uso estatal, abriram as portas à sociedade, funcionando como garantia de prova para a reclamação de direitos dos cidadãos. No âmbito da Organização Arquivística, tiveram grandes progressos, pois os romanos tinham um grande sentido prático e concediam à administração do Império uma grande importância, o que resultou na

perpetuação de muitos critérios por eles utilizados até os tempos atuais, tanto nas linhas orientadoras da profissão de arquivista como na configuração das redes de arquivos. Dentre essas contribuições pode-se destacar (SILVA, 1999):

- A organização de códices e *volumem* fazia-se por séries seguindo uma ordenação cronológica;
- Internamente, tábuas, folhas ou parágrafos podiam também ser numerados;
- A autenticidade dos diplomas era garantida pela conservação de registros oficiais e as respectivas cópias eram validadas, tanto por testemunhas como pela aplicação de selos pendentes;
- Preocupavam-se com a preservação documental;
- Existia o descarte de séries caídas em desuso.

Como nos refere Armando Malheiro da Silva (1999), a importância concedida pelos romanos à relação entre documento e a entidade produtora virá, por sua vez a constituir a chave da Arquivística moderna. Também com o mundo romano assiste-se o início da metamorfose da Arquivística numa disciplina com uma missão e regras próprias, servida por uma enorme rede de serviços e um corpo profissional especializado. Pode-se concluir então, que em termos organizacionais os romanos dispunham já de um desenvolvido sistema público de arquivos, o que se denota pela complexidade da sua administração.

Com a queda do Império Romano vai desaparecer a complexa administração política que havia se desenvolvido até então. Desapareceu a ideia de saúde pública e bem comum, aparecendo por sua vez a ideia de vida privada, que se vai converter no fator predominante desta época. Assim, do Estado como *Respublica* (Coisa do Povo) passamos ao Estado Propriedade de quem detém o poder (senhores feudais), onde a faculdade ou direito de criar arquivos estava a cargo e consulta dos que detinham a soberania. Assim, desaparece também a noção de Arquivo Público (SILVA, 1999).

Dessa forma, com o advento da Idade Média o Arquivo passa a significar o *espaço*

ou serviço onde se preservam registos antigos, ou seja, começa-se a difundir a ideia de Arquivo como espaço ou serviço onde se recolhem documentos de *valor*, por constituírem *prova ou memória de atos ocorridos no passado*, sob as designações de origem Pré-Clássica, como *Santuário* ou *Tesouro* (BELLOTTO, 2002).

É preciso atentar ainda, que na Idade Média a gestão de documentos vai estar fundamentalmente nas mãos da Igreja Católica Apostólica Romana, detentora do “Saber e da Cultura”, concentrados a partir dessa época, em Catedrais e Mosteiros. Assim, os Arquivos Eclesiásticos vão ter a função de guardar e gerir os títulos de propriedade quer da Igreja, quer de outras instituições públicas e particulares. Este fato perpetuou-se por toda Alta Idade Média (BELLOTTO, 2002).

Apesar dessa primeira fase, os Arquivos no século XII (Baixa Idade Média) recuperam a importância que tinham na Antiguidade. Sendo fundamental para tal mudança o redescobrimento do Direito Romano no Século XII. É desse período o surgimento das *Chancelarias*³, a exemplo da Cúria Romana e da Corte Merovíngia (futura França), e os *scriptoria* dos mosteiros. Então, a partir do século XIII, começa a ser introduzida a prática dos registros - livros onde “se transcreviam os documentos outorgados por uma autoridade, ou entidade, nomeadamente nas Chancelarias, e outras instituições (desembargos, contadoria)” (SILVA, 1999).

Nesta época as unidades administrativas destas estruturas dividiam-se já em secções orgânicas, e com funcionários especializados (arquivistas – em geral monges) e normas a seguir. Estas respeitavam as regras da administração, uso de cofres e caixas para guarda dos diplomas e registros. Contudo, a instabilidade política e social do período houve problemas em relação à guarda de documentos, tais como: dificuldades institucionais e fraca resistência dos suportes. Tais problemas ocasionaram que as novas monarquias e os senhores feudais desenvolvessem uma administração do tipo itinerante. Daí a vulnerabilidade dos registros à época (SILVA, 1999).

³ Repartições responsáveis por redigir e validar, mediante aposição de selo, os atos e diplomas.

Tal instabilidade política e social do período ocasionou problemas em relação à guarda de documentos, tais como: dificuldades institucionais e fraca resistência dos suportes. Tais problemas ocasionaram que as novas monarquias e os senhores feudais desenvolvessem uma administração do tipo itinerante. Daí a vulnerabilidade dos registros à época (BELLOTTO, 2002).

No período pré-absolutista surgem por toda a Europa vários Arquivos Centrais como o *Archivo de la Corona de Aragón* em 1318 e o *Arquivo da Torre do Tombo* em 1325, entre outros. Ao mesmo tempo dá-se também a descentralização dos arquivos, o que leva ao aparecimento dos *Cartórios Concelhios*⁴. É também a época de novas tipologias documentais, como os inventários, dá-se o alargamento ao tipo de documentos a conservar, como documentos financeiros e historiográficos, etc. (GAGNON-ARGUIN, 1998).

Com essas inovações, os arquivos foram-se modificando, e surgiram estudos e novas definições para o termo. A partir do século XIII, as práticas de preservação se modificaram em sua forma de registro, tendo o livro como suporte de transcrição ortográfica dos documentos antigos. Nos séculos seguintes, com o ressurgimento das cidades, houve um novo aumento da massa documental e a necessidade de um local de guarda e preservação dos acervos religiosos e dos governos citadinos (REIS, 2006).

É durante este século que assistimos ao primeiro grande movimento de nomeação de arquivistas oficiais nas Cortes de Europa. Este movimento, leva a que os Arquivos sejam encarados de uma forma diferente, contribuindo para que a partir do século XV surjam grandes cronistas oficiais, juntamente com o aparecimento dos primeiros cultores da crítica filológica e textual. Como vimos, e ao qual já se havia feito referência, na Idade Média o Arquivo vai recuperar a sua importância, embora muito da documentação produzida tenha sido perdida por motivos de instabilidade

⁴ A palavra *cartório* foi cunhada em Portugal, no século XV para designar o local de trabalho do notário ou tabelião. No Brasil, a palavra passou a designar uma gama maior de competências, incluindo o registro civil de pessoas físicas e jurídicas, o registro de imóveis, o registro de títulos e documentos, o tabelionato de notas, os ofícios de protesto de títulos e também os cartórios judiciais onde tramitam os processos de fóruns de qualquer natureza.

política (BELLOTTO, 2002).

É importante ainda referir ainda, que a prática arquivística nesta época, não se confinava somente à Europa, conhecendo-se os casos da China (dinastias TANG e SONG) e do Mundo Árabe (Fatimidas) (SILVA, 1999).

O século XVI, marco da modernidade, foi marcado por um novo sistema administrativo, o Estado Moderno Absolutista e Centralizador por natureza. Com isso, houve o aprofundamento das competências do Estado, o reforço do poder central dos monarcas e o aumento da burocracia. Tal fato contribuirá para a concentração dos arquivos, fazendo surgir os primeiros *Arquivos de Estado*, que resultam de novas concepções de administração e reformas institucionais (BELLOTTO, 2002).

Os depósitos de documentos também aumentaram consideravelmente a partir do século XVI (em número, em extensão e diversidade de acervo). Porém o conceito de arquivo e as práticas organizativas evoluíram muito pouco. Dessa forma, o caráter prático da profissão manteve-se inalterado e o conceito de serviço foi sempre relativamente fechado, tendo as autorizações de acesso aos documentos controlados pelo senhor de cartório. Outra característica dessa época foi à fusão de distintos acervos em um mesmo depósito atinge proporções inusitadas, inclusive em entidades não governamentais. É o caso da Companhia de Jesus que congregará os arquivos de conventos extintos (SILVA, 1999).

Será importante referir que esta centralização dos documentos, irá provocar ajustamentos metodológicos, sendo frequente a elaboração de normas, regulando os preceitos de rotina do Arquivista. Segundo, autores como Jean Favier (2004), a noção de Propriedade dos Arquivos foi substituída pela de Arquivos de Estado depositários dos documentos do Estado e cuja conservação era ou podia ser de interesse público, mas a população em geral não possuía acesso a tais documentos.

A criação do Arquivo de Simancas em 1540, na Espanha por ordem de Carlos V, considerado o Arquivo Moderno do Estado Espanhol, é de fato um sinal bastante

significativo do novo sistema administrativo. Este arquivo é considerado como o primeiro exemplo de um Arquivo de Estado. Mais tarde, iremos assistir à criação do Arquivo Secreto do Vaticano em 1611, e ainda na Espanha o Arquivo das Índias, em 1788, esses também, exemplares de Arquivos de Estado (FAVIER, 2004).

Destaca-se ainda, a ação do rei português D. Manuel I. Em seu governo assiste-se um conjunto de medidas reformadoras: *índices*, como instrumentos de referência para se chegar aos registros e criação do *regimento de arquivo*, voltado à guarda e recolha de documentos (a função desse regimento sistematizar conhecimentos adquiridos no costume e na experiência pessoal) e mobiliário adequado a guarda de documentos com referência numérica estabelecida (SILVA, 1999).

Assim, nesse período, o arquivo se converte e, um elemento fundamental da administração e a adquirir uma função predominantemente jurídico-política. Ruiz Rodríguez defende que nesta época, se encerra um período da História, em que os Arquivos tiveram um papel de serviço às instituições e governos que os fizeram nascer. Em suma, foram colaboradores dos Estados na administração dos respectivos territórios. Este período fica, pois, conhecido como a época dos Arquivos de Estado (SILVA, 1999).

Contudo, no século XVIII, a partir das ideias difundidas pelo movimento Iluminista e pelos conflitos durante a Revolução Francesa, modificou-se a estrutura social, econômica e política a princípio na França e, posteriormente, do mundo ocidental. Dessa maneira, “a França teve um papel fundamental para formação na noção de público, sendo a primeira nação a possuir um Arquivo Nacional, de consulta aberta aqueles que quisessem reivindicar direitos” (SCHELLENBERG, 2006, p.26).

Desta maneira, a partir da Revolução Francesa e da Criação do Arquivo Nacional da França, os arquivos ficaram acessíveis à população e se tornaram locais privilegiados de pesquisas históricas (OHIRA, 2000). O século XIX, período da forte industrialização europeia contribuiu para novo aumento de massa documental. Segundo Maria Aparecida Moura (2004, p.163), o aumento da massa documental se caracteriza, sobretudo, pela “aceleração dos processos de produção e disseminação do conhecimento”.

Tal volume documental ampliou-se ainda mais após a Segunda Guerra Mundial. Com o final do conflito, a produção dos documentos cresceu, sendo necessária a criação de meios para proteger os documentos. Um aspecto que marcou esse período de grande volume documental foi o surgimento da Ciência da Informação em 1950 (LOPES, 2012). Surgem assim, os arquivos modernos.

Segundo Theodore Schellenberg, a função dos arquivos públicos modernos é a possibilidade do amplo acesso as informações do governo, tornando-se um instrumento democrático e informativo para a sociedade. Ele entendia que “o crescimento das tecnologias permitindo rapidez ao acesso da informação e ao o uso contínuo do documento era a moderna forma de gestão de arquivo” (SCHELLENBERG, 2006, p. 65).

Dessa maneira, a arquivística moderna tem suas características de atuação e modernização no tratamento dos documentos, desde sua criação ou recebimento, até sua destinação final. Dessa forma, com o passar do tempo o arquivista e o arquivo vêm se modificando. O arquivista agora trata de questões como: a necessidade dos documentos e do seu uso; transformações e avanços da tecnologia e das técnicas modernas para auxiliar no tratamento dos documentos; proteção e preservação dos materiais que estão sob sua custódia (SCHELLENBERG, 2006).

2.1 Os Arquivos no Brasil

A existência de arquivos no Brasil, remonta ao período colonial, embora não se possuisse maior nível de organização. Somente no século XIX, com a criação do Arquivo Nacional a partir da primeira Constituição Imperial em 1824, cujo funcionamento somente se efetiva em 1838, pensa-se em uma sistematização dos documentos no Brasil. A proclamação da República em 1888, introduz o sistema federativo e com isso os estados passam a ter autonomia e legislar sobre seus arquivos de forma independente (BELLOTTO, 2014).

Bellotto (2014) afirma também que os esforços dos profissionais de arquivo por mudanças necessárias à eficiência dos arquivos começam na década de 1970, com a fundação da Associação de Arquivistas Brasileiros (1971), com o primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia (1972), e com a criação do primeiro curso universitário de Arquivologia (1974). Atualmente, há dezenas de associações estaduais, os órgãos públicos e empresas buscam profissionais para trabalhar no âmbito da gestão documental.

Jaime Antunes da Silva (2001) descreve que a política nacional de arquivos, consoante os princípios teóricos da moderna arquivologia, compreende a definição e adoção de um conjunto de normas e procedimentos técnicos e administrativos para disciplinar as atividades relativas aos serviços arquivísticos da administração pública, trazendo, por consequência a melhoria dos arquivos públicos.

Essa melhora se deu com a Constituição Federal de 1988, que dispõe no parágrafo 2º do artigo 216, que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. Mais tarde, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, preconiza a revitalização dos serviços arquivísticos do Poder Público por meio de programas de gestão de documentos, que reúnam procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos (BRASIL, 1991). A sua criação objetiva a preservação e conservação dos documentos

produzidos pela administração pública e do próprio arquivo. (ARQUIVO NACIONAL, 2016).

Heloísa Bellotto (2014), afirma que em um país federativo como o Brasil, as esferas de governo necessitam desenvolver políticas arquivísticas em suas respectivas jurisdições. E mais, ao cumprirem os dispositivos legais, estariam assim propiciando o acesso às informações em nível nacional. Assim, atualmente, o termo Arquivo pode ser entendido e utilizado com os seguintes sentidos e orientações:

- conjunto de documentos, qualquer que seja a sua data, a sua forma, o seu suporte material, elaborados ou recebidos por um organismo público ou privado, em função da sua atividade e conservado para efeitos administrativos;
- como local destinado à conservação e guarda de documentos devidamente classificados e ordenados;
- como unidade de serviço administrativo especializado cuja missão consiste em receber, classificar, guardar e emprestar documentos.

Neste sentido o arquivo funciona como a memória organizada da instituição que serve. Como suporte das atividades administrativas, o arquivo tem sempre um carácter documental, é evidente que, na prática, a organização e funcionamento do arquivo se reveste de capital importância, especialmente para aqueles serviços cujo trabalho normalmente requer o exame e consulta de antecedentes.

Nesta perspectiva, evidencia-se que a correta compreensão da importância do Arquivo parte, portanto, da superação da ideia de simples depósito ou coleção de documentos, passando a ser visto como um serviço altamente especializado, atualizado e dinâmico, inserido num sistema de informação, servindo-o e complementando-o (SILVA, 2001).

Já em relação às funções, o arquivo é de natureza meramente auxiliar ou instrumental. Isto equivale dizer que constitui uma atividade interna que tem por

objetivo manter a organização ou a instituição em perfeitas condições de funcionamento. Em linhas gerais, as suas principais funções:

• **Ordenação da documentação:** mediante a recolha, registo e classificação dos documentos;

- **Despacho:** fornece os documentos solicitados com rapidez para os diversos serviços, à medida que a documentação se vai desatualizando;
- **Conservação da documentação:** não só mediante a utilização de equipamento adequado (armários, ficheiros, GED, etc.), como também, proporcionando condições ambientais ideais de forma a não se danificarem os suportes (sob a ação da umidade, calor e frio, incidência dos raios solares, saturação do ar e propagação de pragas, etc.).

Contudo, apesar do exposto acima, um dos grandes problemas que recaem sobre a maior parte dos arquivos públicos no Brasil é a “inoperância ou ineficiência, no seu devido tempo, das informações produzidas pela máquina administrativa” (BELLOTO, 2006, p.113). Quanto a este fato, duas questões se colocam. Em primeiro lugar, o descaso de grande parte das instituições arquivísticas brasileiras em relação à organização de seu acervo documental; em segundo, à necessidade cada vez mais premente que a informação circule de forma rápida e segura propiciando o rápido acesso, seja para preservar direitos ou facultar o conhecimento.

Quanto ao primeiro aspecto, a pesquisadora Heloísa Bellotto (2014) afirma que apesar de se constituírem um conjunto legal relativamente moderno, as políticas públicas documentais não dão conta da realidade que se apresenta. A continentalidade do Brasil e com isso, grande quantidade de estados e municípios, os quais acumulam ou extraviam documentação pública, sem que haja efetivo controle é fato.

Pelo aspecto financeiro, cita a economia emergente que ainda não se deu conta da necessidade de investimento na organização dos conjuntos documentais brasileiros, focando-se em outras questões. A autora coloca ainda, que no Brasil, “tudo que se faça em matéria administrativa é problemático” (BELLOTTO, 2014, p. 172).

Esta segunda questão é ainda mais complexa, pois para que a informação possa ser acessada, é fundamental o corpo dirigente seja do Estado, seja da empresa, oferecer condições físicas, materiais e humanas que estejam alinhadas teórico-metodologicamente à importância e às necessidades dos arquivos (BELLOTTO, 2014).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas públicas são uma realidade, mesmo em tempos de incertezas, e ganha cada vez mais espaço nos meios acadêmicos. De acordo com (SOUSA, 2006, p.1).

É inquestionável o aumento de estudos e pesquisas na área de políticas públicas no Brasil. E o crescente interesse por essa temática parece ser justificado por mudanças recentes da sociedade brasileira. Há um intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais, resultado em grande parte da competição eleitoral, da autonomia dos governos locais, bem como dos programas de reforma do Estado, assim como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais.

Logo, as Políticas Públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados intervenção no domínio social, por meio dos quais são tratadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição (SOUZA, 2006). Já de acordo com Kerbauy (2005), as Políticas Públicas, em suas linhas gerais compreende três fases:

- a. A fase de formulação, que envolve a transformação de uma massa de dados em informações relevantes; a combinação de valores, ideias, princípios e ideologias com informações factuais para produzir conhecimento sobre ação orientada; e a transformação do conhecimento empírico e normativo em ações públicas, aqui, agora;
- b. A fase de implementação que pode ser vista como um processo administrativo, portanto, uma complexidade de áreas conjuntas, com múltiplas normas, perspectivas diversas e atores cambiáveis. A execução das atividades depende da clareza com que metas e objetivos são fixados e da consistência com que são comunicados.
- c. A fase de avaliação que consiste em um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permitem compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações e que tem por objetivo orientar futuras

ações. O objetivo é conhecer a relação entre condições, meios, resultados e impactos da intervenção.

3.1 Políticas Públicas voltadas aos Arquivos e a Criação do Arquivo Nacional

A política no texto histórico tem três vertentes para a sua definição. Seriam *Polity*, *Politics* e *Policies*. A *polity* é a estruturação e ponto de estabilidade da política, é a diferença entre o mundo da política e a sociedade. *Politics* é a barganha, jogo político, é a atividade política no contexto geral; e a *Policies* é o resultado do jogo de política na ação pública. São projetos que foram regulamentados pela ação pública. Segundo Arantes (2008) O objeto da criação desses projetos é viabilizar a construção política, buscam resultados para tomada de decisões para a sociedade e firmando a política no país, buscando os princípios hierárquicos e normatizando de acordo com os preceitos das normas do país.

No século XVIII a definição para política na sociedade se modificou, e seu objetivo principal passou a ser a segurança e a defesa de supostos ataques de outros países. Porém no decorrer dos anos, a democracia se intensificou e se expandiu, sobretudo, nos países ocidentais, gerando uma autoafirmação do Estado para com a sociedade, e conseqüentemente, expandindo a informação no contexto geral das sociedades (ARANTES, 2008).

Muito se tem discutido, recentemente, acerca das Políticas Públicas, com o intuito de caracterizar e definir o que é política pública e de que maneira é intensificada na sociedade. Dessa forma, antes de tudo, é preciso destacar esse conceito. Políticas Públicas nada mais é que “conjunto de ações do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas pertinentes da sociedade”. (POLÍTICAS..., 2008, p. 4). Conceituando de outra maneira, política pública é tudo que envolve a busca de ações e a coletividade de ações para benefício próprio ou para o benefício coletivo.

No ambiente informacional, pode-se apontar o ano de 1945, como um marco nas discussões sobre os problemas na comunicação e informação com a criação das Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO),

que nasceu com o objetivo de refletir sobre tais questões, bem como os aspectos relacionados às políticas de educação, cultura que invariavelmente afetaria a população mundial e conseqüentemente aumentaria a desigualdade entre as nações (JARDIM, 1995).

Segundo Jardim (1995, p. 41) a UNESCO em parceria com o Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica (UNISIST), trouxe a política de informação para o Brasil e conseqüentemente a necessidade de criar outras vertentes para o desenvolvimento das políticas públicas brasileiras para informar e formar os membros da sociedade. Tal ação objetivava assegurar a utilização e o acesso aos conhecimentos especializados aos profissionais das áreas de informação científicas, técnicas e econômicas e dessa forma somar os saberes produzidos no país e em outras partes do mundo, com a finalidade de auxiliar a solução de problemas concretos voltados a todos os setores da sociedade.

Dessa maneira, no Brasil, uma iniciativa inovadora trouxe a discussão do tratamento documental do país, com vias para preservação da memória nacional contida nos milhares de documentos produzidos. Seguindo essa orientação, em relação ao tratamento e controle da documentação, nos anos de 1950, chega ao Arquivo Nacional, Theodore Schellenberg, que veio em missão de introduzir as mais modernas metodologias na organização de arquivos. Essa primeira investida efetiva, que teve a participação direta do historiador José Honório Rodrigues, intelectual e diretor do Arquivo Nacional à época, foram fundamentais para reascender o debate da preservação documental do país (SCHELLENBERG, 2006).

Mas com o desenvolvimento da informática, surgem os sistemas de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) e o aumento de documentos, que já nascem digitais. Com isso, os debates atuais têm se voltado para a preservação do patrimônio digital. Em 2003, a UNESCO lançou a Carta para a Preservação do Patrimônio Digital, iniciativa pioneira relacionada ao tema. No documento, que registra preocupação da UNESCO com a preservação dos documentos digitais, há um trecho que merece destaque:

[...] a menos que as pessoas com poder decisório demonstrem uma forte vontade política e tomem medidas urgentes, haverá um grande risco de que toda nossa sociedade da informação possa explodir sem deixar nada além do que a “bolha da internet”. Nossas sociedades da informação iriam ser reduzidas a sociedades obcecadas pelo presente, com uma insignificante memória de trabalho [...] de costas viradas para as próximas gerações, quebrando a cadeia da transmissão (UNESCO, 2005).

Dessa forma, em 2004 foi tornada pública a Carta de Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) que tem por base a carta da UNESCO e, que tem como objetivo, “conscientizar e ampliar a discussão sobre a instabilidade do legado digital, que se encontra em perigo de perda e de falta de confiabilidade”, além de manifestar “a necessidade de estabelecer políticas, estratégias e ações, que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais” (CONARQ, 2004a; 2005).

Nos últimos anos, a preocupação com a perda de documentos considerados importantes traz para o centro das discussões questões relacionadas não apenas quanto à preservação do patrimônio documental, mas também quanto à forma de como (re) organizar a memória diante de uma massa documental que parece não ter fim. Na tentativa de evitar a perda da memória, valorizou-se a construção das identidades institucionais. No Brasil, a partir da década de 1950, surgiram os Centros de Documentação e Memória, com a finalidade de preservar, atualizar, divulgar o acervo documental, a história, e as fontes de informação sobre as instituições (SILVEIRA, 2013).

Mas o primeiro documento brasileiro que estabeleceu recomendações, a nível nacional, para a proteção do acervo cultural do país foi o Compromisso de Brasília, resultado do 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, realizado nos dias 02 a 03 de abril 1970, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura. Este documento deu origem a um “processo irreversível de preservação da memória nacional”, em vários municípios e estados (COELHO; SILVEIRA, 2013).

Em consequência desse processo, através da Política Nacional de Cultura (PNC), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) estimulou e financiou a criação de centros de memória, documentação e pesquisa, definindo que a organização e preservação dos acervos documentais brasileiros era uma função da Universidade. Os programas de preservação da memória incentivados pela PNC deveriam enfatizar a memória regional, tendo em vista a precariedade e inexistência de arquivos públicos municipais, ocasionando a perda de importantes fontes de pesquisa (CAMARGO, 1999).

Na esfera das Universidades Federais, os pioneiros no desenvolvimento desses centros foram os Núcleos de Documentação e Informação Histórica Regional das Universidades Federais de Mato Grosso e da Paraíba. No âmbito das instituições para acadêmicas pode-se citar o da Fundação Casa de Osvaldo Cruz, o da Fundação Casa de Rui Barbosa, e o da Fundação Getúlio Vargas (SILVEIRA, 2013).

Diante desse problema, no decorrer dos anos, a UNESCO, buscou a democratização da informação, que passou a ser uma das bandeiras da organização, evidenciando como a informação pode estar a serviço do capitalismo ao redor do mundo e buscando mecanismos para democratizá-la. Na década de 1960, a UNESCO deu início ao UNISIST. Esse sistema possuía ainda a colaboração do Conselho Internacional de Associações Científicas (ICSU) e possuía como objetivo, ser o elo entre os países, orientando-os na infraestrutura necessária para transferência de informação (JARDIM, 1995). No documento da Conferência de 1957 fica claro o que a Organização pretendia:

[...] a cooperação entre as nações entre todos os ramos da atividade intelectual e o intercâmbio internacional [...] de publicações [...] e de qualquer documentação [...] e facilitando, “mediante métodos adequados de cooperação internacional, o acesso de todos os povos ao que cada um deles publique” (UNESCO, 1957 apud JARDIM, 1995, p.1).

Com base na UNISIST, foram criados os Sistemas Nacionais de Informação (NATIS) seguindo a proposta, e trazendo em seu texto a mesma definição da UNISIST. O conceito de NATIS implica que a administração central ou local de um Estado deve perseguir uma disponibilidade máxima de toda informação pertinente, mediante os serviços de documentação, bibliotecas e arquivos (...) eliminando toda a

duplicação de atividades entre certas classes de serviços através de uma ação planejada (...) provavelmente isto será mais fácil para os novos países em desenvolvimento, para que os antigos, nos quais há interesses criados (acadêmicos, associações científicas, grupos industriais) muito fortes (JARDIM, 1995, p. 37).

O NATIS é o provedor da construção de serviços para a desmistificação da informação em variados setores que competem aos países. Com seus objetivos delimitados, o NATIS tem por princípio a aplicação da política nacional de informação, fomentando o interesse da população para a educação universitária, criando ações para o incentivo à leitura, elaborando questionários para investigação a demanda da necessidade de cada país e ainda, na elaboração de planos de recursos documentais (JARDIM, 1995).

Dessa maneira, a inserção do NATIS na política de informação, tem por vícios demonstrar de que maneira a política pública se assegurou que no interior das sociedades fossem realizados planejamentos e ações sociais para benefício da população, e o surgimento de novas políticas na esfera documental no mundo (JARDIM, 1995).

Segundo Jardim (1995), na visão da UNESCO, o Sistema Nacional da Informação vem reformular diversas políticas de informação nas mais diversas áreas em que ela é tratada, com intuito de criar ações para benefício da população. Tais benéficos devem se expressar, sobretudo, no acesso dos cidadãos a todo tipo de informação, criação de serviços e atividades incluindo todos os membros da sociedade. Para ele, as políticas públicas e sua aplicação são o caminho para se organizar a massa documental dos países. Mas, conforme aponta a pesquisadora Catarina Silveira (2013, p.43) que:

[...] as formulações daqueles programas não obtiveram um resultado satisfatório, principalmente nos países em desenvolvimento. Sendo assim, a partir da década de 1980, a UNESCO se voltou para as ações de incentivo às políticas nacionais de informação.

A preocupação com o péssimo estado de conservação do patrimônio documental de diversas partes do mundo e até mesmo o desaparecimento para sempre de muitos

documentos e a dificuldade de acesso a eles, levou a UNESCO a criar, em 1992, o Programa Memória do Mundo, considerando a importância da preservação do patrimônio documental para o desenvolvimento das nações. A UNESCO, juntamente com a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) e com o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), realizou um levantamento dos arquivos e bibliotecas que haviam sofrido danos irreparáveis ou que estavam em perigo. O documento “Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental” - elaborado por Juan Lyall⁵, em 1995. Para Edmondson (2002) “este documento, extraordinário e pioneiro, publicado em 1995, serviu de base para o desenvolvimento subsequente do Programa e dos valores que ele representa”. O documento de Lyall (1995), reformulado por Edmondson (2002) serviu de base para o desenvolvimento do Programa Memória do Mundo (SILVEIRA, 2013).

Registre-se que para por Edmondson (2002) as “Diretrizes” originais do Programa Memória do Mundo foram elaboradas por Juan Lyall em colaboração com Stephen Foster, Duncan Marshall e Roslyn Russel, sob os auspícios da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (IFLA).

Considerando que antes, as políticas públicas para a informação estavam voltadas para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, hoje, as discussões se voltam para a elaboração de políticas de acesso, incluindo o acesso digital, que tem como objetivos suprir as demandas por informação dos variados grupos sociais que compõem às diferentes sociedades, promovendo o acesso para todos em várias fontes de informação e canais. Por outro lado, o desenvolvimento de uma sociedade não depende apenas do volume de informação ou tecnologia disponível: a informação deve ser um elemento de inclusão social, possibilitando o desenvolvimento social.

⁵ LYALL, Juan; FOSTER, Stephen; DUNCAN, Marshall; RUSSELL, Roslyn. **Memory of the World Programme: General Guidelines to Safeguard Documentary Heritage**. Paris: UNESCO, 1995.

Assim, as primeiras ações para preservação do patrimônio documental brasileiro surgiram logo nos primeiros anos do século XX, após instauração da República. Desde esse momento, ao longo do tempo foram criadas várias Leis, Decretos, Medidas Provisórias, Resoluções, Portarias e Instruções Normativas, seja na esfera federal, estadual e municipal para proteção do documento enquanto patrimônio cultural público.

Uma grande ação nesse sentido correu no governo de Getúlio Vargas (1937-1945). A partir da ideia de se criar uma unidade e identidade nacional criou-se o MEC e de uma série de órgãos de difusão, a exemplo do cinema e rádio, bem como na área da educação e cultura. A pesquisadora Catarina Silveira descreve esses órgãos de fomento a cultura nacional no Estado Novo. Foram eles:

[...] O Instituto Nacional de Cinema Educativo (1937), o Serviço de Radiodifusão Educativa (1937), a Universidade do Brasil (1937), o Instituto Nacional do Livro (1937), o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), o Serviço Nacional de Teatro (1937), o Conselho Nacional de Cultura (1938); alguns museus nacionais, dentre eles: o Museu Nacional de Belas-Artes, o Museu Imperial e o Museu da Inconfidência, além da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (1939) e da estatização da Rádio Nacional (1940) (SILVEIRA, 2013, p. 23).

Também é preciso apontar que tais ações somente foram possíveis devido à participação dos intelectuais modernistas no processo de institucionalização das políticas de patrimônio brasileiro. Dentre eles, podemos destacar: Alceu Amoroso Lima, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa e Mário de Andrade. Outros colaboraram na estruturação do Instituto, realizando um trabalho de inventário (forma preliminar e informal de salvaguarda) dos monumentos históricos brasileiros. Esses intelectuais compuseram a chamada “Constelação Capanema” (SILVEIRA, 2013).

Assim, foram realizadas inovações na área da educação, com a reforma do ensino e as novas orientações para o desenvolvimento da nação. Mas quanto ao tratamento e a organização documental no país, pouco foi feito. Isso somente começaria a mudar, em meados do século XX.

Dessa forma, em 1990, é promulgada a Lei Federal nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991, que criou o CONARQ, o qual começou a funcionar em dezembro de 1994 e é o órgão responsável por formular a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e de exercer orientação normativa, visando à gestão de documentos e à proteção especial aos documentos de arquivo. A partir de medidas preventivas como a digitalização, apresenta referências para preservação, armazenamento e publicização de documentos (SILVEIRA, 2013). Em 2011 foi promulgada a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, também denominada “Lei de acesso a informação” (LAI), foi regulamentada, com objetivo de permitir o direito e o acesso a informação, no âmbito da administração pública brasileira. (JARDIM, 2009). A criação da LAI teve por finalidade garantir o acesso da informação dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal em todo território brasileiro.

Segundo SILVA (1999), tais instituições se desenvolveram no Brasil. Contudo, a maioria delas em grandes centros. Mas, as políticas públicas realizadas no país, nem sempre são levadas a sério, e tal fato se vê, sobretudo, no acúmulo de documentos nos arquivos públicos brasileiros. Muitos deles sem o devido tratamento e outros se perdendo dia-a-dia. Nem todos os estados brasileiros possuem legislação relativa à documentação. E mesmo nos que possuem, ela está muito longe do ideal.

O Arquivo Nacional foi criado pelo Regulamento nº 2, de 02 de janeiro de 1838, e regulamentado pelo artigo 70 da Constituição de 1824. Seu objetivo era guardar os documentos do Império, ou seja, incumbido de organizar a documentação relativa ao governo. Com o passar do tempo o arquivo vai se ajustando conforme os homens escolhidos para sua gestão. Sua localização também variou no tempo.

No início a responsabilidade de guarda foi direcionada a três seções da esfera administrativa incumbidas de guardar a documentação relativa ao poder Executivo, Moderador, Legislativo e a documentação histórico-cultural. Possuía ainda, a finalidade de assegurar a proteção e conservação dos documentos. Com o passar dos anos, as características do referido arquivo vão-se modificando, e sua

organização vai se modernizando ao passo de seu crescimento (ARQUIVO NACIONAL, [2019]).

Atualmente o Arquivo tem por objetivo a conservação, guarda, preservação, tratamento dos documentos e disponibilizando ao público o acesso a informação. O arquivo tem um papel fundamental na história do Brasil, os documentados que o arquivo conserva e protege é a própria história do Brasil. O órgão é regido pela Política Nacional de Arquivos que tem como órgão regido o CONARQ.

Portanto, muitas iniciativas voltadas para as ações de desenvolvimento das políticas públicas começaram a proliferar no Brasil, na área da documentação, o qual trata esse trabalho, o grande marco foi sem dúvida a constituição de 1988, que gerou também a Lei Federal de Arquivos e seus desdobramentos a nível federal, estadual e municipal, como será melhor detalhado no capítulo seguinte.

3.2 SINAR como resultado de Políticas Públicas e aplicação nos Estados

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 passou a garantir aos arquivos Nacionais os direitos e obrigações sobre a gestão/controle documental no âmbito no exercício para a sociedade. A Lei Federal de nº 8.159/91, regulamentado no artigo 216 da Constituição Federal, dispõe sobre responsabilidade da política pública na gestão de documentos no Brasil (BRASIL, 1991). Sendo assim, a lei assegurou a proteção, tramitação da informação, preservação documental e a organização na gestão dos documentos (APES, [2015]).

Após a criação do Arquivo Nacional, foram criadas normas para melhor funcionalidade e organização do arquivo. Em 08 de janeiro de 1991, foi regulamentada a Lei Federal 8.159 que dispõe sobre a Política de Arquivos Públicos e Privados, com definição de estabelecer a gestão documental e proteção dos documentos de valor estimável para o poder público, com finalidade de apoiar a administração e o desenvolvimento científico e cultural.

No Brasil, os responsáveis pela organização dos documentos nos arquivos, notaram a necessidade da criação de um sistema, no qual seriam especificamente

direcionados para as Políticas Públicas dos arquivos diretamente ligados órgãos Federal, estadual e Municipal.

Contudo, no Brasil, embora tenha havido avanços tanto teórica como metodologicamente no campo da arquivista, esse avanço deixa bastante a desejar, sobretudo no setor público. Muitos estados não possuem sequer políticas públicas voltadas à organização de sua massa documental. No geral, apesar de existir a legislação federal, há ainda, a regulamentação de órgãos como o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que tratam da política documental no país.

Porém, a falta de normas, de uma política de informação, por questões estruturais ou de pessoal especializado tem deixado os arquivos em total desorganização, tornando-os depósitos de documentos, gerando assim, um grande acúmulo desordenado da documentação, incapaz de oferecer qualidade aos administradores, aos pesquisadores e ao público em geral.

Na década de 1970 criou-se uma norma objetivando o controle e a produção de documentos no Brasil. O intuito de criar essa norma foi organizar a documentação que se avolumava a cada dia, além de auxiliar no controle sobre os documentos que eram produzidos. Surgiu assim, a ideia de criar um sistema de arquivos brasileiro. Em 1975 no governo do presidente Ernesto Geisel, foi implementado o Sistema de Serviços Gerais (SISG), pelo Decreto nº 75.657 de 24 de abril de 1975, posteriormente revogado pelo Decreto nº 1.094 de 23 de março de 1994.

O Decreto Federal nº 82.308, 25 de setembro de 1978, que criou o SINAR, possibilitou que simultaneamente, outras iniciativas tanto de âmbito estadual quanto municipal surgissem, tomando como base o sistema nacional. Esses sistemas nasceram como uma tentativa de gerenciar a informação arquivísticas desde sua origem até sua destinação final e as tentativas mais evidentes surgiram nos estados e municípios, a crença era de que somente um sistema com uma gestão eficiente iria propiciar o acesso adequado à preservação e gestão de documentos.

Segundo Witkowski e Freitas (2009, p 254) a primeira iniciativa do que futuramente se denominou de SINAR, ocorreu na década de 1950, liderado pelo Arquivo Nacional, porém, somente em 1962, 1978 e 1994 é que de fato, houve a apresentação de projetos visando a implementação de um sistema a nível nacional. Sua primeira versão, a de 1962, não chegou a ser juridicamente consolidada, mas seu modelo inspirou suas duas versões posteriores. O SINAR consolidado em 1978 também não foi viabilizado, somente o de 1994 foi de fato, implementado na prática e não apenas na teoria, e em 2002 ele foi recriado possuindo a concepção utilizada até os dias de hoje, como apresentado na Figura 1. A finalidade, portanto, do SINAR é implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação, e ao acesso aos documentos de arquivo em suas três fases: corrente, intermediário e permanente.

Figura 1 - Estrutura do SINAR



Fonte: Adaptado de <http://arquivisticaufes.blogspot.com/2017/03/sistema-nacional-de-arquivos-sinar.html>

Para atingir os objetivos propostos o SINAR inicialmente preocupou-se em estruturar sua política em quatro pilares básicos nos estados, municípios e Distrito Federal, abrangendo o máximo possível dos poderes com o objetivo de manter o compromisso de sua execução, conforme demonstrado na Figura 2. Sendo assim é da alçada os participantes da SINAR, segundo CONARQ:

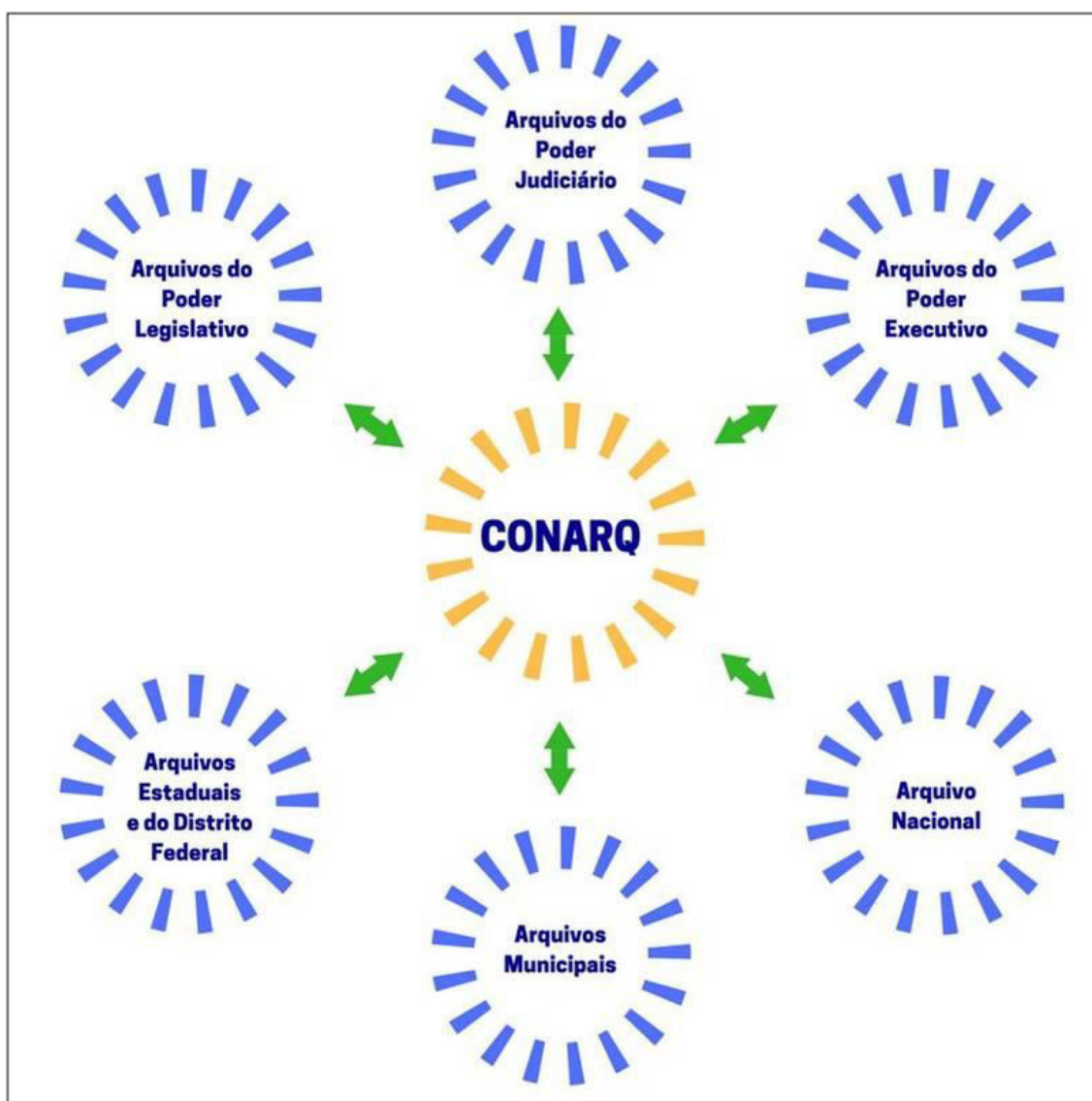
- Gerir a gestão, a conservação da informação e dos documentos, acesso as informações com competência na esfera documental, a homogeneidade das normas para desenvolvimento informacional.
- Propagar as informações e normas estabelecidas pelo órgão central, cumprindo de maneira inerente ao sistema, implementação de normas e atividades arquivísticas programado para sobrepor para a garantia documental;
- Fazer ações que adicione na atividade referente ao arquivo ou ao CONARQ. Apresentar ações legais que ajude a se propagar dispositivos uma norma, uso como um complemento da política nacional de arquivos privados e da ossada pública;
- Criar ações que integre a modernidade no ambiente arquivístico;
- Interagir com o CONARQ comunicando o interesse do público social;
- Atos direcionados para o CONARQ, com responsabilidade do patrimônio;
- Criar tabela de pessoas físicas com a inscrição na tabela, com cadastro de arquivos públicos e privados. Assim desenvolvendo ações direcionadas para especialistas das câmaras técnicas e de comissões especializada com participantes do próprio CONARQ;
- Aperfeiçoar o funcionário como um a reciclagem profissional, dessa forma ajudando na atualização do profissional;
- Profissionais do Conselho e do Sistema criarem normas e diretrizes com o auxílio da administração e sem maiores problemas. (ARQUIVO NACIONAL, [2019]).

Com o CONARQ e o SINAR a política documental no Brasil se intensificou. Tomando-se se o arquivo como “instituição”, que possui como objetivo, regulamentar o processo de entrada dos documentos e a criação de sistemas de classificação arquivísticas para melhor organização documental e compondo uma metodologia política organizacional proveniente da necessidade de armazenamento da documentação nos arquivos.

Para JARDIM (2009), tais políticas do controle documental no Brasil devem se pautar pela análise e gerenciamento da documentação arquivística, a produção da documentação do arquivo, a tipologia, a utilização, o gerenciamento administrativo e realidade da estrutura dos arquivos e os suportes técnicos que estão à disposição dos arquivos. O país tem uma história diversificada e culturalmente reconhecida, um

contexto histórico riquíssimo que representa o país, essa singularidade está altamente presente na história do país.

Figura 2 Integrantes do SINAR



Fonte adaptada <http://www.conarq.gov.arquivonacional.br>

Contudo, os diretores de arquivo dos estados brasileiros passaram a solicitar autonomia de gerenciamento da documentação, sobretudo, a partir da segunda década do século XXI. Tal solicitação, embora aparentemente democrática, esconde muitos problemas. O principal deles é que a política de acesso não é cumprida nos espaços públicos de tratamento documental.

Buscando constatar a aplicabilidade dos Sistemas Estaduais de Arquivos no Brasil, se faz presente nesse tópico, um levantamento do Sistema e aplicação nos Arquivos dos estados pesquisados.

A construção dos resultados das informações abaixo dos estados que compõe o Sistema, segundo Fabiane Belém (2009) os dados foram retirados do site do CONARQ, através de pesquisa realizada em 2009. As instituições na sua maioria disponibilizam as informações do sistema no próprio site do órgão central nos estados e/ou municípios e, outros dados permanecem no site do próprio CONARQ.

A pesquisa tem embasamento nos Estados que aplicam o sistema como ferramenta de Gestão e preservação documental, os estados que implementaram seus sistemas próprios e aqueles que por diversas tentativas de execução do sistema, não obtiveram resultados nas tentativas propostas. O resultado do levantamento:

➤ **Sistemas Estaduais de Arquivos:**

- **Unidades Federais:** São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio grande do Norte, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Santa Catarina.
- **Programas de Gestão Documental:** Espírito Santo e Paraná

Os estados citados acima, já executam o sistema no órgão central respectivo a cada estado de forma extensiva e ativa com objetivo da conservação e acesso a informação documental. A seguir serão esclarecidos e explicados os Sistemas nos Estados implementados e a sua criação.

➤ **Sistema de Arquivos do Distrito Federal (SIARDF)**

Criado pelo Decreto 11.133, 13 de junho 1988. Tem por objetivo a conservação, preservação nos Arquivos no Distrito Federal. Tem como órgão central o ARPDF.

➤ **Sistema Administrativo de Gestão Documental e Publicação Oficial (SGDPO) de Santa Catarina.**

O SGDPO de Santa Catarina foi criado pelo Decreto 1.978, 9 de dezembro de 2008. Teve por objetivo estabelecer e assegurar a preservação, comunicação e uniformizar o acesso a informação no âmbito institucional administrativo da Gestão.

➤ **Sistema Estadual de Arquivo (SEARQ)**

O sistema SEARQ foi instituído em 1978, pelo Decreto nº 7.394, que foi posteriormente revogado pelo Decreto 14.774, de 18 de fevereiro 2000. O objetivo da sua criação, a proteção e conservação da documentação pública.

➤ **Sistemas de Comunicações Administrativas e Documentação do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (SICAD)**

Tem o poder de assegurar a movimentação, organização, tratamento dos documentos do Poder Executivo no estado do Rio de Janeiro. Decreto nº 25.828, 14 de dezembro de 1999.

O Programa de Gestão Documental (PROGED) do Estado do Espírito Santo é uma Gestão Documental que incorpora dois sistemas Estaduais de Arquivo: o SIARQ e o SICAD. A proposta do PROGED é a incorporação dos órgãos no Sistema, sobre tudo, na preservação, organização e no acesso à informação. Decreto nº 1.552, 10 de outubro de 2005.

Programa de Gestão do Paraná (PGD)

Tem por missão e obrigação o desenvolvimento de práticas documentárias, no tratamento e na organização da documentação do Sistema, intitulado PGD.

➤ **Sistema Estadual de Arquivo (SIARQ) do Estado de Mato Grosso**

Implementado em 29 de agosto de 1997, cujo Decreto 1654. Órgão central do Sistema é o Arquivo Público do estado,

➤ Sistema Estadual de Arquivo (SIESAR)

O SIESAR foi instituído em 20 de dezembro de 1978, através do Decreto Estadual 2.202/78, com a finalidade de assegurar a proteção e a preservação de documentos do Poder Público, pelo seu valor histórico ou por interesse da comunidade (SERGIPE, 1978). Desde sua criação foram feitas três tentativas de implementação em 1978 quando criado, segunda tentativa foi em 1994 onde foi criado um grupo que compunha por pessoas que tinha acesso a informação do sistema e da sua importância para o estado e a última tentativa da implementação foi em 2011, os membros formados por sete pessoas que tinham o mesmo interesse, a implementação do sistema nos Arquivos de Sergipe.

Porém, apesar dos esforços iniciais no sentido de estimular a adoção de políticas que assegurassem a preservação do patrimônio documental brasileiro, segundo Jardim (1995, p. 87), sua implementação ficou bastante prejudicada uma vez a sua área de abrangência ficou restrita aos arquivos intermediários e permanentes, tendo em vista os limites impostos na criação, pelo Governo Federal, em 1975, do Sistema de Serviços Gerais (SISG), ao qual se vinculariam os arquivos correntes da Administração Pública Federal.

A postura equivocada de limitar a atuação do SINAR confrontava-se radicalmente com o princípio da organicidade dos documentos de arquivo, que preconiza a complementaridade entre as três idades que compõem o ciclo vital dos documentos. Embora formalmente criado, o Sistema nunca chegou a ser implantado uma vez que trazia, em seu contexto, dispositivos conflitantes e que não atendiam às necessidades e à realidade de nossos arquivos. Mesmo assim, esse decreto teve o mérito de despertar a atenção de vários governos estaduais para a importância dos arquivos na administração pública, motivando-os a criarem seus sistemas estaduais de arquivos. Foi o caso dos governos do Rio Grande do Norte, do Pará, de Sergipe e do Espírito Santo. Sistema Estadual de Arquivos de São Paulo (SAESP).

O Sistema foi criado em 19 de outubro de 1984, cujo Decreto foi 22.789, criado com finalidade de assegurar e preservar a documentação arquivista dos arquivos no

estado de São Paulo. Os arquivos que abrange ao Sistema são de esferas, Públicas, Administrativas da prefeitura do município, Ministério Público e Defensoria Pública, Poder Legislativo e Judiciário, Órgãos privados, Fundações, Secretária e Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, sendo que o órgão central é o Arquivo Público do Estado de Sergipe.

➤ **Sistema de Arquivos do estado do Rio Grande do Sul (SIARQ)**

Criado pelo Decreto nº 33.200 05 de julho de 1989, o Órgão central do Sistema no estado é o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. A gestão do sistema está sob responsabilidade da secretaria Administrativa de Recursos Humanos é a responsável pela aplicação do sistema no estado, sendo que o Arquivo Público é o responsável pela aplicação do sistema e normas nos arquivos, organização, acesso a informação, oferecer o auxílio a arquivos que compõe o sistema no estado. O sistema teve dificuldade na sua implementação, foram tentativas de aplicação.

Apesar da criação e implementação de alguns dos Sistemas, não foi possível localizar informações sobre os sistemas de arquivos Pernambuco, Pará e Bahia. Segue abaixo, tabela com a respectiva legislação de criação dos sistemas em diversos estados.

Quadro 1 - Estados que implementaram seus sistemas com seus respectivos atos constitutivos

| ESTADOS | ATOS CONSTITUTIVOS |
|---------------------|---|
| BAHIA | Decreto 52, 31 de maio de 1953 |
| ESPÍRITO SANTO | Decreto 1.552, de 10 de outubro de 2005 |
| PARÁ | Decreto 5.961, de 17 de fevereiro |
| PERNAMBUCO | Decreto 11.147, de 27 de janeiro de 1986 |
| RIO GRANDE DO NORTE | Decreto 7.394, 18 de maio 1978 |
| RIO GRANDE DO SUL | Decreto 33.200, de 5 de junho de 1989 |
| SANTA CATARINA | Decreto 3.427, de 9 de março de 1993 |
| SÃO PAULO | Decreto Nº 22.789, de 19 de outubro de 1984 |
| SERGIPE | Decreto 2.202/78 20 de dezembro de 1978. |

Fonte: Adaptado de Belém (2009, f. 33).

Porém, apesar dos esforços iniciais no sentido de estimular a adoção de políticas que assegurassem a preservação do patrimônio documental brasileiro, segundo Jardim (1995, p. 87), a implantação do SINAR ficou bastante prejudicada uma vez a sua área de abrangência ficou restrita aos arquivos intermediários e permanentes, tendo em vista os limites impostos na criação, pelo Governo Federal, em 1975, do Sistema de Serviços Gerais - SISG, ao qual se vinculariam os arquivos correntes da Administração Pública Federal.

A postura equivocada de limitar a atuação do SINAR confrontava-se radicalmente com o princípio da organicidade dos documentos de arquivo, que preconiza a complementaridade entre as três idades que compõem o ciclo vital dos documentos. Embora formalmente criado, o Sistema nunca chegou a ser implantado uma vez que trazia em seu bojo dispositivos conflitantes e que não atendiam às necessidades e à realidade de nossos arquivos. Mesmo assim, esse decreto teve o mérito de despertar a atenção de vários governos estaduais para a importância dos arquivos na administração pública, motivando-os a criarem seus sistemas estaduais de arquivos. Foi o caso dos governos do Rio Grande do Norte, do Pará, de Sergipe e do Espírito Santo.

3.3 Aplicação do SINAR em Instituições Arquivísticas no Estado de Sergipe

Criado no Governo de Graccho Cardoso, o Arquivo Público do Estado de Sergipe teve sua origem na Seção de Arquivo da Biblioteca Pública Provincial, criada em 1848 (Lei nº 2.33), com a finalidade de guardar os originais ou cópias de quaisquer papéis do Governo Geral ou Provincial. O prédio que hoje abriga o arquivo público, nominado de Palácio Carvalho Neto, foi construído em 1936 afim de abrigar a Biblioteca Pública e a Seção do Arquivo Público. No terceiro ano após a sua criação, em 1926, o arquivo volta à condição de seção da Biblioteca Pública, mantendo-se nesta situação até 1945.

Em seu acervo estão salvaguardados documentos manuscritos, datilografados, impressos, iconográficos, cartográficos, obras hemerográficas e publicações, provenientes da Administração Pública Provincial e Estadual, inclusive dos Poderes

Legislativo e Judiciário, como também particulares, referentes aos séculos XVIII, XIX e XX. Em 1947 o arquivo público muda-se para o imóvel que hoje sedia a Escola do Legislativo (antiga Assembleia Legislativa). A situação permaneceu até 1974, quando foi construído um novo prédio para a Biblioteca Epifânio Dória, no bairro 13 de julho na cidade de Aracaju. É através de mais um Decreto nº 2.00 de 25/11/1970, passou a integrar a estrutura do Estado da Educação e Cultura de Sergipe, sendo instalado na atual sede, o Palácio Carvalho Neto em 1975.

Fonte primordial para pesquisadores, alunos e professores, o Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes) é o maior arquivo de Sergipe e traz em seu acervo peças imprescindíveis para constituição da história sergipana, passou por um período de reformar e foi reinaugurado em 28 de janeiro de 2019. Além de guardar e preservar um patrimônio documental histórico, o arquivo público garante livre acesso a toda a população. O local tem alimentado pesquisas, entre monografias de conclusão de curso, dissertação de mestrado, teses de doutorado, dentro e fora do estado, e até pesquisas de estudiosos de outros países.

Ressalta-se que o Estado de Sergipe e o Estado do Espírito Santo foram as duas primeiras unidades da federação a terem iniciativas governamentais de criar, em suas jurisdições, sistemas estaduais de arquivos. No caso específico de Sergipe, criação se deu pela necessidade da preservação e proteção da documentação pública no Estado, sendo que desde sua origem foram feitas três tentativas de implementação de um sistema: a primeira foi em 1978; a segunda foi em 1994, quando foi sugerida a criação de um grupo composto por pessoas que tinham acesso a informação do sistema e da sua importância para o estado; a terceira e última foi em 2011, com a constituição de uma equipe formada por sete pessoas que tinham um interesse comum, ou seja, a implementação de um sistema nos arquivos de Sergipe.

Como informado anteriormente, o SIESAR, com o Decreto nº 2.080 de 17 de julho de 1971, onde é aprovado o regimento do Arquivo Público de Sergipe, não foi implementado o Sistema no estado de Sergipe. Apenas se criou a Lei 2.202, foram feitas tentativas da aplicação do Sistema, entanto, sem êxito. A pesquisa resulta em

dois Arquivos no qual é mencionado o Sistema, o Arquivo Central do Sistema do APES que tem por finalidade:

Figura 3 - Fachada do Arquivo Público do Estado de Sergipe



Fonte: <https://al.se.leg.br/arquivo-publico-de-sergipe-memoria-e-cultura-sao-preservados/>

- 1º - preservar os documentos de valor legal, administrativo, histórico, oriundos das entidades particulares e públicas do estado de Sergipe;
- 2º - possibilitar o atendimento da consulta aos documentos do acervo;
- 3º - preparar normas de recolhimento, seleção e eliminação de documentos;
- 4º - prestar assistência técnica aos arquivos do Estado;
- 5º - fornece fotocópias, certidões e informações;
- 6º - editar publicações concernentes aos arquivos do Estado e divulgar documentos que interessem a História de Sergipe;
- 7º - contribuir para difusão da cultura promovendo pesquisas e cursos bem como conferências e exposições de interesse histórico (SERGIPE, 1971).

O Arquivo público é vinculado à Fundação Cultura de Aracaju (FUNCAJU), Fundação esta. responsável pela organização administrativa dos arquivos,

bibliotecas e museus públicos no âmbito do Estado de Sergipe, dessa forma, é a responsável pelo tramite de compras de materiais, aquisições de livros, obras, seleção dos documentos que são disponibilizados para os arquivos. O APES não tem uma tabela de temporalidade, apesar de ser um arquivo permanente, se designa essa função, pois os tipos de documentos que são preservados pelo arquivo são históricos e documentações da administração da prefeitura.

Anteriormente, foram mencionados dois arquivos pesquisados no estado de Sergipe, o APES que tem a Lei estadual nº 2.202, de 20 de dezembro de 1978, que dispõe sobre a instituição do Sistema Estadual de Arquivo, o SIESAR. Xxx Esperava-se, nesta na busca de informações, que os arquivos municipais também fossem regidos pelo SIESAR, no entanto, a Prefeitura Municipal de Aracaju criou sua próprio sistema, através da Lei nº 1.300, de 8 de outubro de 1987, que dispõe sobre a criação do “Arquivo Público da Cidade de Aracaju e dá outras providências correlatas” (ARACAJU, 1987), que estabelece em seu Artigo 2º, as seguintes competências:

- I. Localizar, transferir, selecionar, registrar, arranjar, classificar e guardar, pela procedência os documentos ou fundos de valor legal, administrativo e histórico, provenientes das entidades públicas, bem como os papéis relativos a pessoas naturais ou jurídicas de Direito Privado;
- II. Proteger o acervo documental do Município;
- III. Registrar, classificar e catalogar a documentação em seu poder, segundo as modernas técnicas arquivísticas;
- IV. Inventariar a documentação de terceiros, conforme as técnicas arquivísticas;
- V. Realizar pesquisas de interesse administrativo e histórico;
- VI. Franquear o uso do acervo as entidades e ao público em geral, atendendo aos pedidos de informação, consoante as disposições regulamentares;
- VII. Manter o intercâmbio e prestar assistência técnica, dentro ou fora do Município;
- VIII. Contribuir para a difusão da cultura, promovendo pesquisas, cursos e conferências, e participando das comemorações cívicas;
- IX. Coordenar o Sistema Municipal de Arquivo [SIMAR];**
- X. Constituir comissões, de caráter especial, com o fim de levantar documentos, relativos ao Município de Aracaju, encontrados em outros arquivos (ARACAJU, 1986, grifos nossos).

O objetivo do Arquivo Municipal é de receber os documentos dos Arquivos intermediários e realizar a preservação do documento e preservação, como designa arquivo permanente. Segundo a coordenadora do Arquivo Municipal de Aracaju, Sra. Rita de Cássia o SIMAR é aplicado no Arquivo Municipal, o arquivo recebe

documentações da prefeitura, das secretarias do município, câmara municipal que fazem parte do SIMAR. Esses arquivos são de denominação intermediária, toda documentação arquivada no APA é documentação pública emanada do município de Aracaju.

Atualmente o Arquivo é conhecido como Arquivo Público da Cidade de Aracaju (APCA) e está situado na Rua Estância nº 36. A documentação disponível para acesso é cartografias, fotos, documentos, revistas, livros e jornais. O acervo do Arquivo Municipal de Aracaju (AMA) é composto pela documentação dos seguintes órgãos: Câmara Municipal de Aracaju; Registro da Intendência; Prefeitura de Aracaju; Acervo particular – doação; Hemeroteca; Acervo fotográfico; Biblioteca de apoio.

Figura 4 - Fachada do Arquivo Municipal de Aracaju



Fonte: Relatório de atividades do Município de Aracaju

4 METODOLOGIA

Dito isto, essa pesquisa, intitulada “ *Aplicação do Sistema Estadual de Arquivos de Sergipe (SIESAR): um estudo de caso*” está inserido na linha de pesquisa Informação e Sociedade do DCI/UFS e tratou da implementação da Lei Estadual, nº 2.202 de 20 de dezembro de 1978, que instituiu o SIESAR durante o governo do Sr. José Rollemberg Leite⁶.

Metodologicamente, essa pesquisa foi de cunho qualitativo, exploratório, bibliográfico, documental e descritivo. Qualitativa, pois os dados obtidos não são mensuráveis e buscar-se-á uma inter-relação entre o fenômeno e os sujeitos em questão. Dessa forma, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa (GIL, 2002).

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, que não pode ser traduzida em números. Aprofunda-se no mundo dos significados, das ações e relações humanas, um lado não perceptível, como também não captável em equações, média e estatística.

Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20, grifos do autor).

Quanto a pesquisa descritiva é vista por Cervo, Bervian e Silva (2002) como o recurso que se utiliza das fontes de pesquisa com propósito de registrar

⁶ José Rollemberg Leite nasceu em 19 de setembro de 1912 no estado de Sergipe. Formou-se na Faculdade de Ouro Preto, Minas Gerais, em Engenharia e Minas. Foi professor e Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 1942. Foi Governador do estado no período de 1947 a 1951. Tornou-se senador no período de 1965 a 1970, após cinco anos foi reeleito mais uma vez governado de Sergipe no período de 1975 a 1979. José Rollemberg Leite foi um político, professor e engenheiro. Faleceu em 24 de outubro de 1996, aos 84 anos (DANTAS, 1974, p.56).

conhecimentos para então poder desenvolver de forma precisa e elaborar o projeto de pesquisa que se pretende descrever.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos nos (variáveis) sem manipula-los. Procura descobrir, com precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2002, p. 66).

Na ótica da pesquisa exploratória Gil (2002, p. 41), indica que estas “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]” além de aprimorar ideias e intuições de questões que ainda não foram elucidadas, ou que têm outras possibilidades de serem investigadas e analisadas. Segundo o referido autor, as pesquisas exploratórias geralmente assumem as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso; visam uma maior familiaridade com o problema, objetivando torná-lo mais explícito.

Ressalta-se que tanto a pesquisa exploratória, quanto a descritiva investigam o maior número possível de informações relativas ao que pretende conhecer. Para Triviños (1987) pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade.

No ponto de vista científico, a pesquisa descritiva exerce a função de estudar e observar as características de determinado grupo, registrar as informações e analisar com o objetivo de obter o resultado e compreender o que se levantou para poder traçar as metas e formular o objeto de pesquisa.

Por entender que a pesquisa bibliográfica representa uma das fontes de pesquisa mais utilizadas na elaboração do projeto científico e permite que o pesquisador utilize diversas fontes de informações para coleta de dados.

A pesquisa bibliográfica “é por excelência uma fonte inesgotável de informações, pois auxilia na atividade intelectual” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2002). Vale

ressaltar que é nesta pesquisa que o pesquisador passa a compreender os métodos para organizar os recursos bibliográficos que reunidos serão utilizados como resumo de assuntos na construção dos textos.

Além disso, “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros, e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50). A realização desta pesquisa torna-se indispensável para o desenvolvimento da coleta dos dados, tendo em vista que o pesquisador terá um vasto acervo de conteúdo que servirão como fonte de informação na construção do projeto.

A pesquisa documental é um procedimento de busca de informações que se direciona aos documentos que não foram organizados, publicados ou que não receberam um tratamento analítico.

Para Gil (2002) a pesquisa documental é muito semelhante à pesquisa bibliográfica, entretanto, diferenciam-se pela natureza das fontes de informação utilizadas, vez que para o citado autor a pesquisa documental é aquela que se utiliza de materiais que ainda não passaram por um tratamento analítico.

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. (GIL, 2002, p. 46).

A pesquisa documental é um procedimento de busca de informações que se direciona aos documentos que não foram organizados, publicados ou que não receberam um tratamento analítico.

Utiliza fontes de informação que ainda não receberam organização, tratamento analítico e publicação, como tabelas estatísticas, relatórios de empresas, documentos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos, fotografias, epitáfios, obras originais de qualquer natureza, correspondência pessoal ou comercial etc. (NICOLAU, 2013, p. 4).

Dentro dessa perspectiva, em primeiro lugar será realizado um levantamento bibliográfico acerca das políticas públicas e do gerenciamento documental. Posteriormente, será realizado um levantamento documental acerca das normas do SINAR, do CONARQ e da legislação federal e do estado de Sergipe. Isto porque, sendo o SIESAR uma política pública documental, deve estar em consonância com a legislação vigente no país.

Entretanto, é bom frisar, cada estado possa dentro de determinados parâmetros, definir sua própria política. Daí a importância de se perceber como estão estruturadas as políticas públicas documentais no país, para obter a noção da política no estado de Sergipe.

Do ponto de vista dos objetivos, essa pesquisa é exploratória. E como tal, busca uma maior proximidade com o objeto, buscando levantar o máximo de informações sobre o mesmo.

Assim, para esse trabalho, evidenciam-se as técnicas de exploração que foram contempladas: o levantamento bibliográfico, como mostrado anteriormente, o levantamento documental, e, entrevistas semiestruturadas com pessoas que tem proximidade com o objeto de pesquisa.

Foram entrevistados o atual diretor APES, Milton Barboza da Silva, buscando maiores explicações acerca do SIESAR e seu funcionamento, uma vez que o Diretor do APES é também membro do grupo de implementação do sistema no Estado de Sergipe. Também integra a relação de entrevistados o Sra. Rita de Cássia Valença de Oliveira, coordenadora do APCA.

As fontes documentais, em sua maioria documentos orgânicos oriundos dos diversos órgãos público do estado., necessária à execução do trabalho estão no APES, bem como no portal do SINAR e do CONARQ.

Evidencia-se que o acervo do APES é, predominantemente constituído por documentos impressos produzido pela administração pública provincial e estadual.

Compõem o seu acervo: correspondências oficiais, leis, decretos, documentos da burocracia estadual, mapas, fotografias, jornais, entre outros.

Quanto ao acervo do APCA os documentos são pertencentes ao Município, oriundos dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal e de outras instâncias públicas e privadas, cujo conteúdo seja de interesse histórico, promovendo a sua organização, proteção, catalogação, preservação, conservação e restauração.

5 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O resultado dessa pesquisa foi obtido através da participação direta de dois atores (população), o atual diretor do APES, Milton Barbosa (APÊNDICE A) e a coordenadora do APCA, Rita de Cássia (APÊNDICE B).

Para tanto, em um primeiro momento foi realizado uma entrevista com questões estruturadas, em que busca responder às questões iniciais que visam atingir os objetivos da presente investigação.

a) Quanto ao conhecimento sobre o Sistema Estadual de Arquivos – SIESAR

O Diretor do Arquivo Público informou que sim, que tem conhecimento do SIESAR, desde a sua criação. A Coordenadora do Arquivo Público informou não tem o conhecimento e cita outro sistema que utiliza no arquivo o SINAR.

b) Quanto às dificuldades encontradas na implementação dos sistemas?

O Diretor do Arquivo público afirma que a grande dificuldade está relacionada às questões políticas, o entrevistado informa que tem que ser uma política de estado e que na sua visão o contrário disso não funciona.

Quanto à essa questão a Coordenadora informa que a dificuldade está relacionada ao órgão responsável pela administração do arquivo, se aplica na documentação ela não é encaminhada ao arquivo municipal.

c) Quanto ao desenvolvimento das atividades de conservação e preservação documental nos Arquivos.

O Arquivo Público do Estado informa que trabalha com a higienização básica e constante, também digitaliza algumas coleções para garantir a preservação, diminuindo assim o contato direto com os originais.

O Arquivo Municipal informa que o grande problema está relacionado à falta de recursos humanos, bem como a deficiência na aquisição de material básico para a higienização e que seu trabalho se resume basicamente à catalogação dos materiais que chegam de outras secretarias para o acervo do arquivo.

d) Quanto ao modelo sistêmico adotado pelos arquivos estaduais, se significa a melhor forma de tratar o documento.

Para o Arquivo público esse modelo seria o ideal, porém, nem sempre pode-se implementar de forma pura, no entanto, utiliza-se a forma mesclada.

O arquivo público não soube responder a essa questão.

e) Em caso da implementação do SIESAR nos arquivos, perguntou-se, que em caso de sua efetividade na implantação, qual ganho teriam essas as instituições?

Para o APES, caso o SIESAR estivesse implementado, com certeza, o estado teria uma política de preservação mais coerente e permanente.

Para o Arquivo Municipal, apesar da existência de um sistema similar, encontram-se muitas dificuldades relacionadas ao acesso da documentação que não obedece às regras de arquivísticas, bem como normas de regulamentação que propicie uma melhor preservação e conservação documental.

Segundo Milton Barboza (atual diretor do APES) o estado de Sergipe foi pioneiro, juntamente com o estado do Espírito Santos, na criação do Sistema Estadual (somente Sergipe e Espírito Santos criaram seus sistemas na mesma época do SINAR).

No entanto, a criação do sistema não foi aplicada, não foram criados os arquivos municipais e não teve um suporte de equipamentos adequados para o Arquivo Público. Apesar das tentativas, não resultaram na aplicação do sistema e

ocasionando uma desorganização da Gestão Documental e conservação dos documentos no Estado, sendo assim o Sistema parou no tempo, ano esse em 1978.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se à conclusão que os arquivos municipal e estadual em Sergipe não têm aplicada uma política relacionada a organização e conservação na gestão documental. Apesar do estado ter poucos arquivos, não teve uma efetivação contundente do sistema no estado, ocasionando um desgaste dos responsáveis pelos os órgãos que tentaram aplicar os sistemas nos arquivos.

A criação dos sistemas aponta a carência de uma política efetiva para melhor funcionamento do arquivo e uma maior preservação documental, verificamos que atualmente no estado de Sergipe os Arquivos não têm o domínio sobre a sua administração, cada órgão compete a ser administrado pelo poder estadual. A documentação arquivada nos arquivos do estado é do poder da Administração pública, sendo assim inviável de ter o controle dos documentos que são direcionados aos arquivos. A pesquisa que foi feita com o objetivo evidenciar aplicação do sistema no estado com base no sistema nacional de arquivos, essa evidência se mostra totalmente contrário no que se diz a Lei e seu objetivo.

Os arquivos têm uma importante parcela no que diz respeito a preservação da história do estado, o órgão mencionado tem diversas documentações que tratam da história e a preservação documental. A pesquisa percorreu sobre a importância dos arquivos para preservação documental e ao acesso a informação que as instituições representam para a sociedade. A pesquisa teve uma relevante importância na disponibilidade da informação dos sistemas, sendo que na maioria dos estados brasileiros não são aplicados como está descrito da Lei e como sistema principal que originou a implementação dos sistemas nos municípios e estados do Brasil não foram aplicados.

Atualmente no estado de Sergipe os arquivos não têm autonomia para tomar suas próprias decisões sobre administração dos arquivos, sendo inevitável a concordância das políticas voltadas para os órgãos e para aplicabilidade das normas que compõe um arquivo e que se faz necessário para o controle da gestão dos documentos. Destaca-se o interesse dos responsáveis pela não aplicação e

implementação de uma política que mantenha as características de proteção para o documento e mantendo os valores históricos do arquivo.

De maneira conclusiva, a pesquisa aponta pontos negativos para a implementação da política voltada para os arquivos municipal e estadual, apesar de ter feito tentativas para a aplicação, se tornou em vão os esforços. A cada tentativa de implementar é dado um passo para o ano 1978, ano esse que foi criado e executado no papel a sistematização e obrigações atribuídas para cada arquivo a nível nacional. É certo que cada estado detém um regimento e seu próprio sistema, no entanto, o maior ponto norteador e principal responsável da criação dos sistemas é o Sistema Nacional de Arquivo, tal sistema foi criado com a finalidade da criação dos sistemas para os municípios e estados com base na sua criação e regimento.

No trabalho exposto, abordou a dificuldade dos arquivos para que a Lei se aplique e que mantenha a objetividade da criação da lei em prática. Para a implementação das leis voltadas para os arquivos é necessária uma efetivação da aplicação do sistema nos arquivos e que os responsáveis pela administração públicas que são também os responsáveis pela administração dos arquivos no estado de Sergipe trabalhem em conjunto para avaliar a atual situação dos arquivos fazer um estudo sobre a necessidade do controle documental e a disponibilidade da informação para os usuários, pesquisadores e profissional que utilizam a pesquisa para desenvolver atividades suas atividades particular.

É necessário que esse faça uma reformulação na administração pública que e levando em consideração a importância do arquivo para o controle documental e a gestão dos documentos no âmbito da arquivologia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ivone et al. **Dicionário de terminologia arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

ALVES, Tamar Kalil de Campos. O ensino de história da contemporaneidade: uma leitura dialógica. **Cadernos de História da Educação**, n. 7, p. 333-336, jan./dez. 2008. (Resenha de: SILVA, M; FONSECA, S, G. Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido. Campinas, 2007). Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/download/1903/1586/>. Acesso em: 23 out. 2018.

ARACAJU. **Lei n. 1.300, de 8 de outubro de 1987**. Cria o Arquivo Público da Cidade de Aracaju e dá outras providências correlatas. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-1300-1987-Aracaju-SE.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

ARANTES, Rogério Bastos. **Projeto de pesquisa**: 2008/2010. São Paulo, 27 mar. 2008. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Rogério/1_Projeto_Produtividade_em_Pesquisa_Rogério_Arantes.pdf. Acesso em: 27 mar. 2017.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Gestão de documentos**: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: http://siga.arquivonacional.gov.br/images/encontros/v_encontro_tecnico/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_SIGA__ago2014%20Flavia.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **O SINAR**. [2019]. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/o-sinar.html>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE. **Legislação**: leis e decretos – ementa. [2015]. Disponível em: http://barbozamilton.wix.com/pagina_apes#!legisla%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 12 dez. 2015.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. **Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France**. Paris: Archives de France, 1970.

BARBOZA, Milton. SIESAR. Enviado em 13 jun. 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/57746006/SIESAR>. Acesso em: 3 mar. 2019.

BARTALO, Linete; MORENO, Nádia Aparecida. **Gestão em arquivologia**: abordagens múltiplas. Londrina, PR: Eduel, 2008.

BEHREND, Marinez Terezinha. **Resgatando a construção de tabela de temporalidade de documentos**. 2011. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharelado em Arquivologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40239/000827658.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 dez. 2018.

BELÉM, Fabiane Marques. **Gestão Sistêmica de Arquivos a partir da Análise dos Sistemas Estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22774/000741065.pdf>. Acesso 25 de mar. 2019.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivo e sociedade: Políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. *In*: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 132-143. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/difusao/curso_usp/AULA_7_Bellotto_Arquivo_e_sociedade.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/51319150/BELLOTTO-Heloisa-Liberalli-Arquivistica-objetos-principios-e-rumos-Sao-Paulo-Associacao-de-Arquivistas-de-Sao-Paulo-2002>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público Estadual de São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf. Acesso em: 14 de jan. 2016.

BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política *In*: BOMENY, Helena (org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista, SP: Ed. Universidade São Francisco, 2001. p. 11-35. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1224.pdf. Acesso em: 14 jan. 2019.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 1.173, de 29 de JUNHO de 1994**. Dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1173.htm#art16. Acesso em: 24 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 4.073, DE 3 de JANEIRO de 2002.** Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm. Acesso em: 24 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 82.308, de 25 de setembro de 1978.** Institui o Sistema Nacional de Arquivo (SINAR). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82308.htm. Acesso em: 24 jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm. Acesso em: 10 mar. 2012.

BRASIL. **Lei nº 12. 527, de 18 de novembro de 2011** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 02 de dez. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 25 março de 2016.

CAMARGO, Célia Reis. **Os centros de documentação das universidades:** tendências e perspectivas. Ed. Unesp. São Paulo, 1999. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=EJOJCI-Y11QC&pg=PA49&lpg=PA49&dq=Os>. Acesso em: 22 mar. 2018.

CAMARGO, Célia Reis; MOLINA, Talita dos Santos. O patrimônio arquivístico: acervos privados e interesse público. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUH-RIO, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Memória e patrimônio:** anais. Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 2010. Disponível em: http://snh2011.anpuh.org/resources/anais/8/1276714107_ARQUIVO_ResumoparaapresentarRio.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

COELHO, Leni Rodrigues; SILVEIRA, Cristiane da. Memória arquivada: acervo documental do Movimento de Educação de Base do município de Tefé/AM. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá, MT. **Anais [...].** Disponível em <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/10-%20PATRIMONIOEDUCATIVO%20E%20CULTURA%20MATERIAL%20ESCOLAR/MEMORIA%20ARQUIVADA.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Carta de preservação do patrimônio arquivístico digital**. [Rio de Janeiro]: CONARQ; UNESCO, 2005. (Edição em português, francês, espanhol e inglês). Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf. Acesso em: 2 jan. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Carta de preservação do patrimônio arquivístico digital [do CONARQ]**. Palestra apresentada por Cláudia Masset Lacombe Rocha no ciclo Memória & Informação, promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2004a. Gravação de voz. (zip, 19 KB). Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo_info/mi_2004/FCRB_MemorialInformacao_ClaudiaMassetLacombeRocha.zip. Acesso em: 2 jan. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004b. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos**. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/resolucoes-do-conarq/262-resolucao-n-20,-de-16-de-julho-de-2004.html>. Acesso em 3 de mar. 2015.

CÔRTEZ, Maria Regina Persechini Armond. **Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil**. 1996. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996. Disponível em http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-96UPHB/dissertacao_mariaregina.pdf?sequence=1. Acesso em: 23 de mar.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de archivística**. Madrid: Pirâmide, 1994. (Biblioteca del Libro, 63).

DANTAS, José Iberê. **O Tenentismo em Sergipe**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999.

EDMONDSON, Ray. **Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental**. 2. ed. ver. Versão para português Maria Elisa Bustamante. [S. l.]: Divisão da Sociedade da Informação / UNESCO, 2002. (Programa memória do Mundo). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/42939910/Diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimonio-documental>. Acesso em 3 de mar. 2019.

FAVIER, Jean. **Carlos Magno**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

FRAZÃO, Diva. **Biografia de Alceu Amoroso Lima**. Última atualização: 15 mar. 2016. Disponível em: https://www.ebiografia.com/alceu_amoroso_lima/. Acesso em: 7 jan. 2019.

FRAZÃO, Diva. **Biografia de Lúcio Costa**. Última atualização: 23 out. 2018. Disponível em: https://www.ebiografia.com/lucio_costa/. Acesso em: 7 jan. 2019.

FRAZÃO, Diva. **Biografia de Rodrigo Franco Melo**. Última atualização: 15 nov. 2012. Disponível em: http://www.e-biografias.net/rodrigo_melo_franco/. Acesso em: 7 jan. 2019.

GAGNON-ARGUIN, Louise. Os arquivos, os arquivistas e a Arquivística: considerações históricas. *In*: COUTURE, Carol, ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. (Nova Enciclopédia, 56).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 3 set. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general**: teoría y práctica. Sevilla: Diputación Provincial, 1989.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_cfb64eeaa1_0008801.pdf. Acesso em: 24 set. 2016.

JARDIM, Jose Maria. Diversidade arquivística e políticas de arquivo. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/10433>. Acesso em: 24 set. 2016.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/62325>. Acesso em: 24 set. 2016.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, SP, v. 10, n. 18/19, p. 193-203, 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/123/121>. Acesso em: 12 jan. 2019.

KRAMER, Samuel Noah. **Mesopotâmia**: berço da civilização. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1963.

LODOLINI, Elio. **Archivística**: princípios y problemas. Trad. Mercedes Costa Paretas. Madrid: ANABAD, 1993.

LOPES, Luís Carlos. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EdUFSCar, 1996.

LOPES, Luís Carlos. **Os arquivos, a gestão da informação e a reforma do estado**. [2012]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/acervo/temas/luiscarlos.pdf>. Acesso em: 15 de out. 2018.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina do Brasil**. 2007. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8730/1/2011_Angelica%20Alves%20da%20Cunha%20Marques.pdf. Acesso em: 12 jan. 2019.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo, 2007.

MOURA, Maria aparecida. Leitor-bibliotecário: interpretação, memória e as contradições da subjetividade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, p. 158-169, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/357/166>. Acesso em: 30 out. 2018.

NICOLAU, Marcos. **Metodologia do trabalho científico Prof. Marcos Nicolau (Artigo científico, Monografia e Projeto de Pesquisa)**. 2013. Não paginado. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1121255-Metodologia-do-trabalho-cientifico-prof-marcos-nicolau-artigo-cientifico-monografia-e-projeto-de-pesquisa.html>. Acesso em: 3 set. 2018.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt et al. Arquivos públicos municipais catarinenses: instrumentos em exercício da cidadania. **Ágora: Arquivologia em debate**, v. 15, n. 31, 2000. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/210/pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

OLIVEIRA, Daise Aparecida. **Planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos para as administrações públicas municipais**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2007. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Livro_Daise.pdf. Acesso em: 25 nov. 2018.

PARANÁ. **Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais Municipais. O que são políticas públicas**. [201-]. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PolíticasPublicas.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.

PINHO, Eliezer Monteiro. O plano de classificação de documentos do Conselho Nacional de Arquivos: análise crítica. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2011. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/8186/8475>. Acesso em: 25 nov. 2018.

POLÍTICAS públicas: conceitos e práticas. Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; Coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008. (Série políticas públicas, v. 7). Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%3%9ABLICAS.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

REIS, Luís. O arquivo e arquivísticas: evolução histórica. **Biblos**: revista de Bibliotecnología y Ciencias de la Información, Lima, v. 7, n. 24, abr./jun., 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402>. Acesso em 19 abr. 2018.

RIBEIRO, Fernanda. **Os arquivos na era custodial**: reflexões sobre a mudança que urge operar. [200-]. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10091.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 44.012, de 2 de janeiro de 2013**. Aprova o manual de gestão de documentos e institui a padronização do procedimento para atendimento à lei de acesso a informação e dá outras providências. Disponível em: http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_44_012_-_02012013_.htm. Acesso em: 22 jan. 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Manual de gestão de documentos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B56B7nTAusR_NE9RMTJILVliYIBaRFFFTVU5SY3VZM3htNIJz/view. Acesso em: 22 jan. 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). Programa de Gestão de Documentos. **Manual de gestão de documentos**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.degase.rj.gov.br/documentos/ManualGestaoDocumentos.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

ROCHA, Claudia Lacombe; SILVA, Margareth da. **Preservación de documentos digitales**: carta brasileira para la preservación del patrimonio archivístico digital. Trabalho apresentado no Coloquio Internacional sobre el Patrimonio Documental en Papel y Digital, realizado em Havana, Cuba, em 2005: Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/apresentacoes_preservacao/preserv_digital.zip. Acesso em: 22 jan. 2019.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jun/ 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>. Acesso em: 25 nov. 2018.

SERGIPE. **Decreto nº 4.507, de 19 de novembro de 1979**. Regulamenta a Lei 2.202 de 20 de dezembro de 1978, que instituiu o Sistema Estadual de Arquivo.

Disponível em: <http://sead.se.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/decreto-4507-de-79-Arq-Pub.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

SERGIPE. **Lei nº 2.202, de 20 de dezembro de 1978**. Institui o Sistema Estadual de Arquivo. Disponível em: <http://sead.se.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/Lei-2.202-de-1978.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2019.

SHELLENBERG, Teodoro R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Armando Malheiros. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto, PT: Edições Afrontamento, 1999.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Maszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Disponível em: https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.

SILVA, Jaime Antunes Os arquivos públicos e o acesso à informação [Entrevista]. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 130-152, jul./dez. 2001. (Entrevistadores: Ana Carolina Galante Delmas; Luiz Fabiano de Freitas Tavares; Claudio Miranda Correa). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/29716/21179>. Acesso em: 22 nov. 2018.

SILVA, M.; FONSECA, S. G. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido**. Campinas, SP: Papirus, 2007. 144 p. (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico).

SILVEIRA, Catarina Heralda Ribeiro da. **Patrimônio documental das políticas públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos**. 2013. 127 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2013/CATARINA%20HERALDA%20RIBEIRO%20DA%20SILVEIRA.pdf>. Acesso em: 20 agosto 2016.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais eletrônicos [...]** Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Carta para preservação, preservação do patrimônio Arquivista digital: preservar para garantir o acesso**. Rio de Janeiro: Conarq, 2005. Disponível

http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf. Acesso em: 25 mar. 2019.

WITKOWSKI, Alexsandro; FREITAS, Tassiane Melo de. A implantação do Sistema Nacional de Arquivos (1962- 1978): cidadania e o (não) acesso às informações nos arquivos. **Revista Historiador**, Porto Alegre, ano 2, n. 2, p. 253-269, 2009. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador/doi/tassiane.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL

1-Quais as principais dificuldades encontradas na aplicação do sistema no Estado de Sergipe?

2-Qual foi a maior dificuldade na implementação do Sistema Estadual no Arquivo Público?

3-Em sua opinião, quais foram os aspectos positivos e negativos na implementação dos Sistemas Estaduais de Arquivos, de maneira geral?

4-Quais atividades e ações estão sendo desenvolvidas para a conservação e acesso à informação do Arquivo Público?

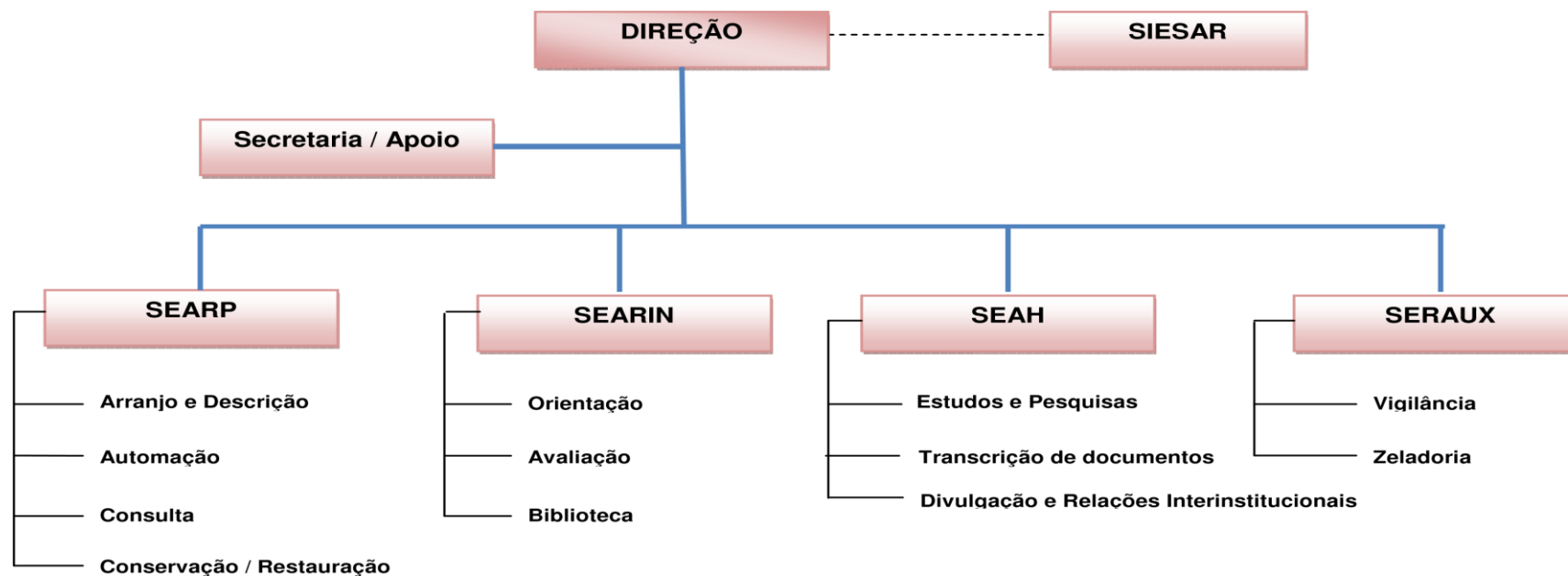
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE ARACAJU

- 1- O Arquivo Público tem o conhecimento do Sistema Estadual de Arquivo SIESAR.
- 2- Quais as principais dificuldades encontradas na implementação do Sistema no Estado de Sergipe
- 3- Atualmente como está sendo desenvolvidas as atividades de conservação e preservação documental no APES- Arquivo Público Estadual.
- 4- Em sua opinião, o modelo sistêmico nos arquivos estaduais é a melhor forma de tratamento documental.

() SIM. Por quê? _____

() NÃO. Por quê? _____
- 5- O SIESAR como resultado de uma política Pública, acredita que se ele tivesse sido implementado nos arquivos do estado de Sergipe, qual essas Instituições teriam.
- 6- Qual foi a maior dificuldade da aplicação do SIMAR no Município de Aracaju.
- 7- Atualmente o SIMAR é aplicado no Arquivo Municipal de Aracaju.
- 8- Em caso negativo, qual sua opinião para a não aplicação do SIMAR.
- 9- Você considera importante a aplicação do sistema SIMAR para o desenvolvimento da gestão documental no Arquivo Municipal de Aracaju.
- 10- Você tem conhecimento do SINAR e dos sistemas que foram aplicados nos estados a nível nacional.

ANEXO A – ORGANOGRAMA DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE
(DECRETO Nº 2080 DE 13 JUNHO DE 1971)



SIESAR – Sistema Estadual de Arquivos

SEARP – Serviço de Arquivo Permanente

SEARIN – Serviço de Arquivo Intermediário

SEAH – Serviço de Assuntos

Historiográficos **SERAUX** – Serviço de

Atividades Auxiliares